Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Sábado, domingo e segunda-feira, 6, 7 e 8 de abril de 2024
Ano CVII ● Número 29.584
ISSN 1980-9124

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br



POVO NÃO COME PIB

Brasil real está a quilômetros de distância das equações monitoradas pelos iluminados do BC.
Por Ranulfo Vidigal, **página 2**



UCRÂNIA DETERMINARÁ A ORDEM MUNDIAL

Trata-se de novo confronto entre grandes potências, como outros semelhantes.
Por Edoardo Pacelli, **página 2**



URBANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL

Os desafios para um mundo inclusivo e ambientalmente consciente.
Por Ana Rita Albuquerque, **página 4**

Com juros, rombo do governo passa de R$ 1 tri

Em 12 meses, gasto com a dívida cresceu R$ 90 bilhões

O déficit nominal (inclui pagamento de juros) do setor público consolidado alcançou em R$ 113,9 bilhões em fevereiro. No acumulado em 12 meses, o rombo somou R$ 1,015 trilhão (equivalente a 9,24% do PIB, medida da economia de um país), acima dos R$ 991,9 bilhões (9,07% do PIB) alcançados em janeiro de 2024. Os números foram divulgados nesta sexta-feira pelo Banco Central (BC).

O resultado nominal inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados. É o indicador utilizado para saber como vão as contas dos países. No Brasil, setor financeiro – a começar pelo BC – e mídia optam por destacar o resultado primário, deixando em segundo plano o valor gasto em juros da dívida.

Em fevereiro, o governo pagou R$ 65,2 bilhões em juros, pouco acima dos R$ 64,2 bilhões em fevereiro de 2023. No acumulado em 12 meses até fevereiro de 2024, o pagamento de juros somou R$ 746,9 bilhões (6,80% do PIB), quase R$ 90 bilhões a mais que os R$ 659,1 bilhões (6,43% do PIB) nos 12 meses encerrados em fevereiro de 2023.

O déficit primário do setor público consolidado foi de R$ 48,7 bilhões em fevereiro, ante déficit de R$ 26,5 bilhões no mesmo mês de 2023. O Governo Central (reúne as contas do Tesouro, do BC e da Previdência) registrou déficit de R$ 57,8 bilhões, e os governos regionais e as empresas estatais, superávits respectivos de R$ 8,6 bilhões e de R$ 483 milhões.

Em 12 meses, o setor público consolidado acumula déficit de R$ 268,2 bilhões, equivalente a 2,44% do PIB, 0,19 ponto percentual (pp) superior ao déficit acumulado até janeiro.

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu R$ 6,7 trilhões (60,9% do PIB) em fevereiro. No ano, a DLSP manteve-se estável como percentual do PIB.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) – que compreende Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais – atingiu R$ 8,3 trilhões (75,5% do PIB) em fevereiro de 2024, aumento de 0,4 pp do PIB em relação ao mês anterior. No ano, o aumento é de 1,1 pp do PIB.

Arquivo/ABr

Autuações da Receita vão a recorde de R$ 225,5 bi, mas só 5% foram pagas

As autuações realizadas pela Receita Federal bateram recorde e somaram R$ 225,5 bilhões em 2023. O valor recorde representa alta de 65% em relação aos R$ 136,7 bilhões autuados em 2022, divulgou o órgão nesta sxta-feira.

Apesar do aumento nas autuações, apenas 5% do valor cobrado entrou nos cofres federais em 2023. Segundo a Receita Federal, isso ocorreu por causa de questionamentos dos contribuintes após a emissão dos autos de infração, tanto na esfera administrativa como em processos judiciários.

Do valor de R$ 225,5 bilhões, informou o Fisco, R$ 215,9 bilhões foram autuados de pessoas jurídicas e R$ 9,6 bilhões de pessoas físicas. O restante refere-se a empresas, principalmente grandes companhias. As empresas de maior porte responderam por 81,3% do total do valor autuado de pessoas jurídicas, R$ 175,6 bilhões.

No ano passado, a Receita monitorou 8.596 empresas de forma diferenciada. Essas companhias representam apenas 0,04% das empresas formais no país, mas respondem por 61% da arrecadação administrada pela Receita Federal. Segundo o relatório, o monitoramento específico resultou em R$ 27 bilhões em créditos tributários (valores a serem recebidos pelo Fisco) por meio de empresas que autorregularizaram a situação e evitaram sanções ou processos na Justiça. Desse total, foram pagos ou parcelados R$ 5,6 bilhões.

EUA criam empregos e mercado se preocupa

Os empregadores dos EUA criaram 303 mil empregos em março, com a taxa de desemprego caindo para 3,8% depois de atingir 3,9% em fevereiro, o maior nível em dois anos, informou o Departamento do Trabalho dos EUA nesta sexta-feira. A taxa de desemprego está numa faixa estreita de 3,7% a 3,9% desde agosto de 2023.

Os ganhos de empregos ocorreram na área da saúde, governo e construção, de acordo com o Bureau of Labor Statistics (BLS). O emprego total não agrícola foi superior ao ganho médio mensal de 231 mil nos 12 meses anteriores, observou o relatório.

Em março, o salário médio por hora de todos os empregados em folhas de pagamento privadas não agrícolas aumentou US$ 0,12, ou 0,3%, para US$ 34,69. Nos últimos 12 meses, o rendimento médio por hora aumentou 4,1%.

"Com base no que sabemos agora, a força do mercado de trabalho sugere que o Fomc (Federal Open Market Committee), do Federal Reserve (Fed, o Banco Central dos EUA) pode continuar a aguardar novas melhorias na frente da inflação antes de aliviar a política" de juros, disseram Sarah House e Michael Pugliese, economistas da Wells Fargo Securities, em uma análise.

Fabio Murad, sócio da Ipê Investimentos, escreveu que a criação de vagas de emprego bem acima das previsões "indica uma economia robusta e pode atrasar os planos do Federal Reserve de cortar os juros. Este cenário, juntamente com a baixa taxa de desemprego de 3,8%, poderia manter o dinheiro nos EUA, já que os investidores buscam mercados com perspectivas econômicas sólidas. Consequentemente, poderíamos ver uma pressão de baixa no Ibovespa [índice geral da Bolsa de Valores brasileira), já que os investidores internacionais podem preferir manter seus investimentos em território americano, considerando a força da economia dos EUA".

Volnei Eyng, CEO da Multiplike, seguiu linha semelhante: "Esse dado de criação de postos de trabalho nos EUA vem diminuindo a expectativa em relação ao Fed começar a cortar os juros em junho, conforme os dirigentes, os diretores do Banco Central americano, vêm falando que eles precisam ter dados com maior certeza da diminuição da inflação."

Preços dos alimentos sobem pela 1ª vez em 7 meses

Os preços globais dos alimentos subiram pela primeira vez em sete meses em março, informou nesta sexta-feira a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), com um forte aumento nos preços do óleo vegetal.

A FAO disse que o seu Índice Amplo de Preços dos Alimentos subiu 1,1% em março, em comparação com o mês anterior. Foi o primeiro aumento no índice desde julho passado. Apesar da alta no mês, o indicador ainda está 7,7% abaixo do nível de março de 2023. Porém encontra-se bem acima dos níveis de 2015 a 2020.

Os preços dos óleos vegetais subiram 8% em relação a fevereiro. A FAO afirmou que os preços do óleo de palma foram empurrados para cima pela menor produção do Sudeste Asiático, enquanto os preços do óleo de soja subiram devido à maior procura do setor de biocombustíveis no Brasil e nos Estados Unidos. Os preços dos óleos de girassol e colza também subiram.

Os preços globais dos laticínios também subiram, mas em um ritmo menor, 2,9%, devido à forte procura de queijo e manteiga.

O índice geral dos cereais caiu 2,6%, ficando 20% abaixo do nível do ano anterior. Carnes, com aumentos generalizados para aves, suínos e bovinos, tiveram alta de 1,7%.

Os preços do arroz também estão mais baixos num contexto de enfraquecimento da procura.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,0690
Dólar Turismo	R$ 5,2840
Euro	R$ 5,4946
Iuan	R$ 0,7004
Ouro (gr)	R$ 382,59

ÍNDICES

IGP-M	-0,47% (março)
	-0,52% (fevereiro)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

Povo não come PIB

Por Ranulfo Vidigal

O título do presente artigo retrata uma fala recente da decana da economia brasileira Maria da Conceição Tavares, para quem os economistas não podem se acomodar às regras do jogo pesado do capitalismo hipertardio brasileiro e buscarem sempre sugerir aos dirigentes políticas públicas que reduzam/combatam a forte desigualdade de renda e propriedade que assola o nosso país tão rico em biodiversidade e forças produtivas.

Somos uma economia semiperiférica produtora de matérias alimentares, petróleo, minério de ferro e ainda contando com um parque industrial que soma 9% da oferta de bens. A contribuição do agronegócio e da mineração se cristalizam na existência de um estoque de reservas cambiais expressivo. Isso, no entanto, não nos livra dos solavancos da política monetária americana, de sua taxa de juros e da gestão da riqueza lastreada na moeda reserva preferida pelo mundo – o dólar.

Há no mundo uma hierarquia entre as moedas circulantes, dado que fatores como padrão de tecnologia e gasto militar influem na chamada preferência pela liquidez do elevado estoque de ativos fictícios flutuando eletronicamente, dia e noite, nos diversos mercados ao redor do planeta. Não custa lembrar que o dinheiro é riqueza potencial, promessa de enriquecimento, mas também algoz do fracasso.

> Brasil real está a quilômetros de distância das equações dos iluminados do BC

O Banco Central brasileiro, que ainda pratica uma política monetária ultracontracionista, em comunicado recente ao mercado (este composto de apenas 100 grandes investidores, corretoras, bancos e fundos), praticamente, culpa a recuperação do emprego e a tênue melhoria dos achatados salários brasileiros por uma potencial inflação futura. Com isso sinaliza aos detentores de riqueza líquida que vai parar a queda da Selic proximamente!

O raciocínio embutido nesse mantra é a preocupação com o "Produto Potencial", uma construção que se propõe a definir trajetórias que combinem pleno emprego dos fatores de produção e inflação dentro da meta de 3% ao ano.

Outro conceito importante para entender esse comunicado é o "Hiato do Produto" – indicador da posição relativa da economia. Imaginam os senhores do BC que estamos, rapidamente, transitando da subutilização de recursos econômicos para uma economia aquecida/superaquecida suscitando pressões sobre a taxa de inflação. Como assim?

Vamos entender bem. A teologia do equilíbrio no raciocínio dos engravatados do BC decreta o seguinte: não mexamos na demanda, porque tudo se resolve, apenas, pelo lado da oferta agregada de bens e serviços na economia. O problema é que a expectativa empresarial mede lucros futuros potenciais em comparação com os juros correntes.

Aí fica límpido que o problema é que essa engenharia sofisticada não leva em condição a vida concreta do brasileiro comum ganhando salários muito baixos, endividado até o pescoço e vendo o filho estudar, se qualificar e não ter oportunidades produtivas.

Resumo da ópera: o Brasil real está a quilômetros de distância das equações monitoradas pelos iluminados do BC que, com sua Selic caríssima, trava o potencial da economia.

Ranulfo Vidigal
é economista.

O futuro da Ucrânia determinará a ordem mundial

Por Edoardo Pacelli

Numerosas declarações, a começar pelas do presidente francês, Macron, sobre as tropas, revelaram o que era evidente: trata-se de um novo confronto entre grandes potências. As consequências terão um grande impacto na futura ordem (ou desordem) internacional.

No último mês, numerosas declarações públicas de líderes nacionais e de instituições europeias, começando pela sensacional do presidente Emmanuel Macron sobre o possível envio de tropas para o teatro ucraniano, "revelaram" o que era evidente.

O que vem acontecendo, há mais de dois anos, não é, apenas, uma guerra clássica de agressão de uma potência contra um país vizinho. Trata-se de um novo confronto entre grandes potências, que começou, exatamente, como outros semelhantes do século passado, com a agressão de uma delas contra um adversário regional mais fraco. Uma agressão acompanhada pela subestimação das reações do adversário e das possíveis consequências.

Foi o caso da Primeira Guerra Mundial, com o ataque do império austro-húngaro à Sérvia, e, novamente da Segunda Guerra, com o ataque da Alemanha nazista e da União Soviética à Polônia. Semelhante é, igualmente, o caso da Guerra da Crimeia, que começou em 1853, com o ataque russo ao Império Otomano, rumo à crise definitiva.

A partir do ano seguinte, França, Grã-Bretanha e o Reino da Sardenha intervieram, ao lado dos turcos, com o apoio político da Áustria. A guerra transformou-se, assim, num confronto entre grandes potências, que, como todos os conflitos deste tipo, pôs fim à ordem internacional preexistente, o chamado Concerto. Por sua vez, esta última foi resultado da anterior, longa e violenta fase de conflito entre potências: as guerras revolucionárias e napoleônicas.

Hoje como ontem, as grandes potências estão alinhadas com um ou outro dos beligerantes: por um lado, os Estados Unidos e os seus aliados da Otan, em primeiro lugar o Reino Unido; do outro lado, o Irã, a Coreia do Norte e a China. Esta, numa posição que remonta à austríaca, de 1854.

A diferença óbvia do caso atual, em relação aos anteriores, é dada pela falta de participação direta, com tropas próprias no campo das potências no conflito. Uma diferença que encontra a sua razão óbvia e principal no risco de escalada para uma conflagração global e nuclear, não surpreendentemente evocada, constantemente, pela liderança russa. A que, no entanto, acrescenta-se, no Ocidente, o despreparo, psicológico antes mesmo de material, face à própria hipótese do regresso da guerra.

Ao contrário do que aconteceu durante a Guerra Fria, a ameaça nuclear, hoje, não contribui para estabilizar a relação entre as potências, não conduz à definição de uma nova "ordem nuclear" e de um novo sistema de segurança global. Essa ameaça impede, ao contrário, um ataque profundo às fontes de apoio logístico dos contendores ou a imposição de uma "zona de exclusão aérea", sobre os céus ucranianos.

As guerras entre grandes potências apresentam uma característica comum, muitas vezes ignorada por uma literatura militar, que fez de si, uma narrativa evocativa, em que o desfecho do conflito depende da ofensiva, se não da batalha decisiva e resolutiva.

Na realidade, este tipo de guerras – vejam-se os exemplos citados – são ou, em qualquer caso, transformam-se em guerras de desgaste. As potências que, a longo prazo, conseguem injetar na disputa maiores recursos financeiros, econômicos e demográficos, para o esforço de guerra, acabam por sair vitoriosas. Esta é a razão pela qual se acredita, desde o início da guerra, na Ucrânia, que o conflito seria longo, e que a espera pela ofensiva decisiva era, em grande parte, ilusória.

> Trata-se de novo confronto entre grandes potências, como outros semelhantes

É claro que, além do resultado determinado pelos efeitos de atritos prolongados (consumo de recursos e de homens), o poder envolvido numa guerra, do tipo considerado, pode entrar em colapso por razões internas. Este foi o caso da Rússia czarista e do Império Austro-Húngaro na Primeira Guerra Mundial. Mas o colapso do primeiro foi ainda desencadeado pelas enormes perdas sofridas nos primeiros três anos do conflito, enquanto o do segundo, foi produzido pela explosão de forças nacionalistas centrífugas.

O ano da Revolução Bolchevique foi, também, o das deserções generalizadas entre as tropas francesas. É, portanto, possível, e com alguma boa razão, levantar a hipótese de que existe um certo nível de custos e, sobretudo, de perdas humanas, que não pode ser predeterminado, além do qual a sustentação do esforço de guerra se torna extremamente difícil para qualquer beligerante.

Contudo, não se pode excluir a possibilidade de um nível semelhante estar próximo a ser alcançado na Rússia, como na Ucrânia. A capacidade de reconverter o aparelho de produção da Federação russa para uma economia de guerra, o efeito limitado de "contornar" as sanções e os novos compradores – o primeiro, entre outros, a Índia – de combustíveis fósseis russos, permitem à Rússia apoiar o esforço de guerra.

O mesmo motivo se aplica ao recrutamento em regiões periféricas e ao "trabalho mercenário" de vários tipos, que atenuam radicalmente o efeito de perdas, nas grandes cidades, na componente mais ocidentalizada da sociedade russa. Nem a consolidação da liderança de Putin, o resultado da eliminação ou saída dos seus oponentes, os recentes sucessos táticos na frente, o resultado das eleições presidenciais e o próprio ataque, em Moscou, não nos permitem confiar num golpe interno.

A guerra continuará. O resultado será marcado pelo consumo de recursos, materiais e humanos. As consequências, qualquer que seja a conclusão, terão um grande impacto na futura ordem (ou desordem) internacional.

A estabilidade da Ucrânia é crucial e possível, mas depende obviamente do apoio externo. Todos os países da União Europeia deveriam tomar nota disto e, pelo menos, para fins prudenciais, considerar realisticamente o "pior cenário". Isto não significa, como muitas vezes se repete, criar as condições para uma "guerra inevitável", mas, ao contrário, reconstituir uma capacidade de dissuasão convencional credível que, com uma garantia nuclear definitiva, torne a guerra evitável.

Edoardo Pacelli
é jornalista, ex-diretor de pesquisa do CNR (Itália), editor da revista Italiamiga e vice-presidente do Ideus.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas





FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Petrobras paga mais dividendos do que impostos

A Petrobras informou, no final do mês passado, que pagou, em 2023, R$ 240,2 bilhões em tributos e participações governamentais. Em artigo publicado no site da Aepet ("Quanto realmente pagam de impostos as empresas petrolíferas") o ex-engenheiro da estatal e PhD na área de petróleo na Universidade de Cranfield (Inglaterra) Paulo César Ribeiro Lima desconstrói essa informação e mostra que a Petrobras pagou mais de dividendos do que impostos.

Acontece que boa parte dos R$ 240 bilhões trata-se, na verdade, de valor recolhido pela empresa: no ano passado, "os consumidores brasileiros pagaram R$ 90,2 bilhões de ICMS e R$ 11,1 bilhões de PIS/Pasep e Cofins, ambos incidentes sobre o preço dos combustíveis e incluídos no preço pago pelo consumidor na bomba", além de outras retenções previstas na Lei 10.833.

Sobram, portanto, pouco pagou menos de R$ 139 bilhões de tributos, incluindo as participações governamentais decorrentes dos "royalties do petróleo" no valor de R$ 61,4 bilhões, que, tecnicamente, não são tributos. "Excluídos os royalties, a Petrobras pagou, no ano de 2023, tributos inferiores a R$ 78 bilhões", calcula Ribeiro Lima.

A estatal distribuiu de dividendos, no ano passado, R$ 97,9 bilhões. Ou seja, praticamente R$ 20 bilhões a mais que pagou de impostos.

Para o PhD, o Brasil precisa taxar a exportação de petróleo bruto e alterar a Lei 13.586/2017, conhecida como "MP do Trilhão" – que, como mostrou o **Monitor** nesta quinta-feira, é a maior renúncia fiscal aduaneira do País, embora sem nenhum controle ou meta estabelecida.

A tabela de preços dos remédios

O Sindusfarma (sindicato da indústria farmacêutica) reclama do controle de preços dos remédios, alegando que os medicamentos tiveram autorização para reajuste de 72,7% de 2014 a 2024, contra uma inflação oficial (IPCA) de 77,5%.

Poderia ser um argumento justo, não incidisse o reajuste legal (este ano, de 4,5%) sobre os preços de tabela, que não são os praticados no balcão das farmácias. O valor tabelado é muito acima do preço do varejo, permitindo aos laboratórios aumentarem os remédios simplesmente reduzindo os descontos sobre os valores "de tabela".

Rápidas

A FGV Arte inaugura a exposição *Brasília, a arte da democracia*, sob curadoria de Paulo Herkenhoff, na sexta-feira (12), às 18h. A mostra ficará aberta ao público até 14 de julho. São 180 itens de 80 artistas, entre eles Cildo Meireles, Vik Muniz, Siron Franco e Evandro Teixeira. Detalhes em fgvarte.com *** O AptaHub está com inscrições abertas para o programa direcionado a startups e pesquisadores com soluções científicas e tecnológicas voltadas ao agronegócio. Até 20 de abril pelo formulário bit.ly/aptahubconecta *** O Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) fará semana de debates sobre recuperação judicial, mercado de capitais e plataformas digitais, de 8 a 12 de abril, a partir das 9h, com transmissão pelo canal TVIAB no YouTube *** Nesta segunda-feira, às 18h, a livraria Leonardo da Vinci recebe a 2º edição da mesa de debates "Pra onde vai a Esquerda?", com Milton Temer e Glauber Braga, entre outros. A mediação será de Clarice Chacon e Giovanna Almeida.

O duplo discurso na controversa política dos EUA em relação ao TikTok

Venda forçada vai contra liberdade de expressão

A recente aprovação pela Câmara dos Representantes dos Estados Unidos de um projeto de lei que visa forçar o TikTok a se separar de sua empresa controladora chinesa, a ByteDance, ou enfrentar uma proibição em todo o país, gerou uma forte controvérsia internacional. Analistas de vários países sul-americanos coincidiram em que a medida reflete uma postura intervencionista e iliberal do Congresso dos Estados Unidos, contrária às suas próprias narrativas de livre mercado e democracia.

As críticas se concentram na contradição entre as políticas econômicas promovidas pelos Estados Unidos para outros países e sua intervenção direta em questões tecnológicas e de segurança nacional, e questionam especialmente a ameaça que essa medida representa para a liberdade de expressão e o livre fluxo de informações na esfera digital, não apenas para a sociedade americana, mas para o mundo.

A decisão da Câmara, que ainda não foi ratificada pelo Senado, recebeu uma resposta firme do governo chinês, que pediu aos Estados Unidos que "respeitem sinceramente a economia de mercado e o princípio da concorrência leal" e forneçam um "ambiente aberto, justo e não discriminatório para empresas de todos os países". Alertou também que a China tomará "todas as medidas necessárias para proteger resolutamente seus direitos e interesses legítimos".

De acordo com o professor Gilson Schwarz, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP), os Estados Unidos aplicam uma lógica de dois pesos e duas medidas que prevalece desde o pós-guerra, evidenciando uma tendência iliberal e anticompetitiva. Os Estados Unidos promovem o liberalismo econômico para outros países, mas internamente agem de forma intervencionista, especialmente em questões relacionadas à segurança nacional e à tecnologia, seguindo a lógica do "faça o que eu digo, mas não o que eu faço".

"É uma estratégia que temos há muitos anos, desde o pós-guerra, em que predominou um discurso liberal, inclusive na definição de políticas industriais e políticas tecnológicas nos Estados Unidos. Em outras palavras, todos devem abrir sua economia, aceitar o investimento estrangeiro, é uma visão muito liberal da economia, para todos os outros. Mas, internamente, o Governo dos Estados Unidos age, sempre agiu fortemente, no financiamento, mesmo em gastos diretos, na área militar, em tecnologias militares", disse ele.

A ação no Congresso dos Estados Unidos está na perspectiva de que "o liberalismo é bom para os outros, mas, para nós, temos a segurança nacional como prioridade", algo que não é novidade, nem surgiu agora com o Tik Tok, mas vem acontecendo há "décadas e décadas".

"É anticoncorrência, antiliberdade de expressão e antimercado. Ela se encaixa em uma tendência no próprio Congresso, ou seja, o órgão democrático, de votar em sanções que implicam uma redução da liberdade. Ou seja, é a democracia votando contra a democracia. É uma radicalização que reflete uma espécie de nova Guerra Fria, com os Estados Unidos, de um lado, e outros grandes potências, de outro", explicou Schwarz.

Uma avaliação semelhante é feita pelo comunicólogo uruguaio Aram Aharonian, presidente do Centro Latino-Americano de Análise Estratégica (CLAE), que também enfatiza que a escalada dos Estados Unidos contra a liberdade de expressão não é novidade. Aharonian criticou a tentativa de manipular informações por meio da sanção contra o TikTok, chamando-a de medida "antiliberdade de expressão" e parte de uma estratégia para promover uma narrativa favorável aos interesses americanos.

"É uma ação muito grosseira, muito desajeitada. É simplesmente o que os governos supostamente democráticos do mundo tentam fazer, silenciar vozes dissidentes, qualquer interpretação do que está acontecendo no mundo que não seja a interpretação oficial de seus governos. É um ataque permanente à liberdade de expressão, que também vemos no caso Assange, que ousou denunciar as atrocidades cometidas pelos Estados Unidos no Oriente Médio", enfatizou.

Essa atitude leva à aniquilação da informação livre e da liberdade de expressão, que é a base do que é tão frequentemente proclamado como democracia. "Obviamente, as grandes empresas internacionais de mídia, as redes, a Amazon, Meta e outras nos Estados Unidos manipulam as informações de acordo com as necessidades políticas e econômicas de suas empresas. Não acho que isso deva surpreender ninguém. O único problema é que o que está acontecendo nos Estados Unidos pode se refletir em nossos países também", alertou.

Gonzalo Abascal, secretário editorial do jornal Clarín, em um artigo publicado a meados de março, alguns dias após a decisão da Câmara de Representantes, chamou a atenção sobre a complexidade do problema e previu que a manobra não será ratificada. Ele destacou que, embora o presidente Biden tenha garantido que promulgaria a lei se ela fosse aprovada, em fevereiro passado ele mesmo abriu uma conta no TikTok com vistas às próximas eleições presidenciais. Para Abascal, essa é a "síntese perfeita das contradições que as novas plataformas geram nos políticos tradicionais".

O jornalista argentino considerou que o problema do TikTok parece ser difícil de resolver por dois motivos. "Primeiro, porque a sanção não teria o mesmo consenso no Senado. Mas muito mais porque uma possível proibição entraria em conflito com o direito à liberdade de expressão garantido na primeira emenda da Constituição dos Estados Unidos. Qualquer sanção, então, certamente seria anulada pela Suprema Corte", escreveu.

Abascal concluiu que, se o TikTok fosse proibido nos Estados Unidos, "estaríamos testemunhando o fim de uma das ideias fundamentais do país mais poderoso, e que se irradiava para grande parte do mundo: a do livre fluxo de informações e ideias, mesmo aquelas vindas do exterior".

Em uma carta endereçada a vários jornais chilenos, o professor Sebastián Zárate R., especialista em Direito Constitucional e Direito da Informação da Universidade Autônoma, também enfatizou os riscos de uma possível venda forçada do TikTok. Zárate alertou sobre a importância de proteger o direito à liberdade de expressão e criticou a falta de transparência nas políticas de privacidade das redes sociais.

"A tentativa do Congresso dos Estados Unidos de exigir a transferência da propriedade da rede social para um novo proprietário e assim controlar o algoritmo não contribuirá para diversificar o ecossistema da rede social. Tampouco ajudará os usuários. Nos últimos anos, testemunhamos plataformas envolvidas em casos de violação de privacidade, opacidade de suas políticas de dados e gerenciamento algorítmico, o que sugere que a solução proposta se deve principalmente a uma estratégia política internacional", disse ele.

A visão sul-americana do caso TikTok reafirma a importância de uma economia de mercado honesta e de um ambiente de negócios justo e não discriminatório, e destaca a necessidade de um diálogo transparente e de uma cooperação internacional baseada em princípios de igualdade e reciprocidade diante dos desafios apresentados pelas novas tecnologias. Essa situação ressalta a urgência de tratar as tensões geopolíticas e comerciais com uma abordagem de respeito mútuo e colaboração construtiva para o benefício de todos os povos.

G20 debaterá dívida dos países pobres

A presidência brasileira do G20 está organizando um evento durante as reuniões de primavera do Fundo Monetário Internacional (FMI), no dia 17 de abril, em que a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza será apresentada à comunidade financeira internacional.

A secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda e coordenadora da Trilha de Finanças do G20, embaixadora Tatiana Rosito, participou na quarta-feira (3) do evento sobre países de baixa renda Rising to the Challenge: Policy Action in Low-Income Countries and the Role of the International Community, no original em inglês.

O encontro foi promovido conjuntamente pelo FMI e pelo Banco Mundial. Durante sua apresentação, feita de forma virtual, Tatiana Rosito mostrou os desafios sobre as dívidas dos países e propostas pelas quais a comunidade internacional pode dar apoio para que os países de baixa renda possam avançar na agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

"A presidência brasileira propôs duas conversas no âmbito do G20, em nível de ministros e vice-ministros de Finanças e governadores de Bancos Centrais para impulsionar a força política, desbloquear caminhos políticos, promover consenso político e avançar para ações", disse a embaixadora.

O efeito desproporcional da pandemia sobre esses países e o crescimento ainda em níveis pré-pandêmicos, assim como o endividamento crescente também foram lembrados pela embaixadora. "Pusemos propostas ambiciosas sobre a mesa. Em nível técnico, no Grupo de Trabalho de Arquitetura Financeira Internacional está comprometido em promover soluções e melhorar iniciativas existentes, particularmente em casos possíveis de prevenção de débitos", lembrou Rosito.



MEIO AMBIENTE

Ana Rita Albuquerque

Urbanização e desenvolvimento sustentável

Vive-se hoje uma transição para um mundo eminentemente urbano. A previsão é que 2/3 da humanidade passe a viver em centros urbanos até 2050. A relação entre urbanização e desenvolvimento dependerá cada vez mais da ação dos governos e da sociedade. O exemplo da Covid-19 demonstrou o efeito devastador da propagação da doença em locais mais pobres, sem saneamento básico ou água potável. As mudanças climáticas, que causam com mais frequência secas e inundações, expõem as dificuldades enfrentadas por populações mais vulneráveis, especialmente em áreas de risco.

O rápido crescimento urbano levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a reconhecer os desafios econômicos, sociais e ambientais que as cidades enfrentam e traçou, dentre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, o ODS 11, que aponta a necessidade de ações integradas e de base local que estimulem o progresso socioeconômico, não podendo deixar ninguém para trás.

Se, por um lado, a expansão urbana gera desenvolvimento, ampliando a oportunidade de negócios e criando empregos, por outro, aumenta os custos de moradia, marginalizando os mais pobres, além de aumentar a poluição e degradação ambiental. O planejamento urbano é fundamental para que os efeitos negativos do crescimento não superem os positivos.

Ivan Turok, catedrático da Fundação Nacional de Pesquisa da África do Sul em Economias Cidade-Região na Universidade do Estado Livre, aponta cinco dimensões da ligação urbanização-desenvolvimento que requerem uma análise mais aprofundada:

1) É importante uma compreensão mais granular da dinâmica da aglomeração, incluindo o âmbito e os limites de onde e quando se aplicam. Precisamos ir além das proposições gerais e agregar métodos analíticos para obter insights mais matizados e análises fundamentadas. Precisamos também distinguir entre diferentes tipos de indústrias, empresas, infraestruturas e instituições urbanas;

2) As principais características do ambiente econômico mais amplo precisam ser melhor compreendidas. Um aspecto é a oportunidade para as cidades desenvolverem bens e serviços comercializáveis, inserindo-se em cadeias de valor regionais e globais. Outra é o potencial das novas tecnologias digitais para beneficiar as empresas do setor de serviços em cidades emergentes;

3) As trajetórias populacionais das cidades do Sul requerem mais pesquisas. O que seria necessário para capitalizar o dividendo demográfico das suas populações jovens? Faz alguma diferença se a urbanização resultar do crescimento das cidades existentes ou da consolidação de assentamentos rurais para formar novas vilas e cidades?;

4) A relação entre o ambiente construído e o desempenho econômico – que impacto têm a habitação informal e os regimes consuetudinários de propriedade na produtividade empresarial, nos empréstimos bancários e no investimento na economia real?;

5) Várias características da governação urbana afetam a forma como a urbanização evolui, incluindo as capacidades das instituições formais e de outras partes interessadas para preparar o terreno para o assentamento humano, para investir em infraestruturas essenciais, para capturar o aumento do valor da terra através de impostos sobre a propriedade, e para adotar normas realistas e normas na regulação da atividade econômica.

Uma série de blogs e entrevistas com curadoria de David Satterthwaite, associado do International Institute for Environment and Development (IIED), examina diferentes aspectos da mudança urbana global e foram publicados em edição especial da revista Environment and Urbanization (vol. 35), que procura aprofundar os conhecimentos em muitas destas questões. Cópias impressas das publicações podem ser obtidas através do e-mail: newbooks@iied.org

O crescimento populacional urbano, que um dia proporcionou melhorias nos níveis de emprego e qualidade de vida, significa atualmente que está cada vez mais difícil encontrar empregos e habitação digna se não forem adotadas medidas urgentes para a universalização do saneamento básico, infraestrutura adequada das cidades e criados postos de trabalho. A tarefa na gestão das cidades torna-se a cada dia mais complexa, requerendo investimentos de grande porte e governos capazes.

Conversa com Marco Moraes, autor do livro 'Planeta Hostil'

Por Jorge Priori



Marco Moraes

Conversamos com Marco Moraes sobre o seu livro *Planeta Hostil*, lançado recentemente pela Matrix Editora. Marco é geólogo, formado pela Universidade Federal da Bahia, e Ph.D. pela Universidade de Wyoming, Estados Unidos.

O que te levou a escrever o livro 'Planeta Hostil'?

Eu fiz o livro para responder uma pergunta que eu me fazia: o que, afinal de contas, está acontecendo com o planeta? Isso porque, todos os dias, nós vemos notícias sobre degradações ambientais, como mudanças climáticas, destruição de ecossistemas e poluição. Como nós recebemos muitas informações de forma fragmentada, é difícil estabelecermos um quadro coerente do que, realmente, está acontecendo.

Assim, eu analisei uma série de problemas e verifiquei o que é real, possibilidade, alarmismo e urgente, traçando um quadro e apresentando uma visão abrangente sobre esses problemas e como eles estão afetando, principalmente, a nós mesmos. Para isso, eu tentei utilizar uma linguagem para não cientistas de forma a que o livro fosse acessível para pessoas de diferentes perfis.

Como você se preparou para escrevê-lo?

Eu procurei fazer uma análise científica, buscando fatos e dados que fossem os mais abrangentes. Como geólogo, a primeira questão que abordei foi o aquecimento global, até porque existem dúvidas sobre o papel dos humanos nesse processo. Já adiantando a conclusão, o aquecimento atual é causado pelas ações humanas.

Esse aquecimento da atmosfera, causado pela emissão de gases de efeito estufa, tem uma série de consequências, como degelo, elevação do nível do mar, eventos extremos se tornando mais extremos, tempestades, ondas de calor e inundações, mas na medida em que fui avançando na pesquisa, verifiquei que há vários outros processos muito graves também acontecendo, como a destruição de ecossistemas, extinção em massa de espécies, talvez a sexta extinção em massa do planeta, sendo que essa causada pelos humanos, a degradação dos oceanos, perda de solos férteis e poluição química e plástica. Como um assunto ia levando ao outro, eu vi que não adiantava falar só sobre o aquecimento global.

Por mais que você tivesse um propósito com o livro, algum fato te chamou a atenção durante a pesquisa para escrevê-lo?

Nós estamos falando muito sobre mudanças climáticas, mas, provavelmente, nós vamos sobreviver a elas. Por exemplo, a subida dos oceanos vai causar muita destruição, mudanças nas instalações costeiras e grandes impactos econômicos, mas nós vamos sobreviver, mesmo que as ondas de calor causem, eventualmente, a morte de milhões, centenas de milhões de pessoas. Agora, a crise hídrica, a destruição de solos férteis e a intensificação química podem matar a todos.

Nós temos uma crise hídrica sem precedentes causada, em parte, pelo aquecimento global, mas também pelo mau uso da água devido a uma série de atividades humanas, principalmente pelo sistema de produção de alimentos. Sem água, as pessoas não sobrevivem.

Com relação à comida, nós estamos destruindo os solos férteis do planeta numa velocidade muito grande, em parte por conta do aquecimento que produz queimadas, desertificação e modificação dos ambientes, mas, principalmente, por conta das atividades humanas, como a maneira que fazemos a agricultura e a não preservação dos solos férteis, que demoram muito a se formar. Enquanto os solos não são preservados, em 2050 nós teremos 10 bilhões de pessoas para serem alimentadas, sendo que hoje são 8 bilhões com 2 bilhões de pessoas passando fome.

Por fim, nós temos um processo de intensificação química, com a indústria introduzindo produtos químicos numa velocidade absurda. Produtos esses que não são testados quanto às consequências de longo prazo porque, simplesmente, não há tempo para testá-los. Eu analisei uma estatística que mostra que se a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA, Environmental Protection Agency) fosse testar todos os produtos químicos que já foram lançados após a realização de testes muito rápidos, ela levaria centenas de anos para testá-los.

Por exemplo, as PFAS (substâncias perfluoroalquiladas) são um desregulador endócrino utilizado em mamadeiras plásticas de bebês. Bilhões de bebê, em todo o mundo, foram contaminados por essas mamadeiras com PFAs. Inclusive, o Biden chegou a prometer que ia eliminar as PFAS da água dos americanos.

Mas ele fez isso ou só ficou na promessa?

PFA é uma família de compostos. Quando uma indústria coloca uma molécula, leva-se 10 anos para se verificar se ela é prejudicial ou não. Se ela for prejudicial, ela é banida depois de 10 anos, só que aí a indústria lança uma molécula parecida, da mesma família, para substituí-la. Com isso, se leva mais 10 anos para se descobrir que ela faz mal.

Outro poluente orgânico é a dioxina, que é fortemente cancerígena. O problema da dioxina é que ela é um subproduto da destruição do plástico. Por exemplo, quando o plástico é incinerado, ele libera dioxina no ar. Por conta disso, hoje nós temos dioxina no Ártico. Não há como regulamentar a dioxina, pois, como disse, ela é um subproduto. Existem cientistas que dizem que a intensificação química é a maior ameaça à humanidade.

A que conclusão você chegou no livro?

A conclusão é que a situação é, realmente, muito grave. Nós temos que agir e nos mobilizar para resolvermos esses problemas. O livro é um alerta, mas também é um chamado à ação. Isso porque quando temos um problema, a primeira ação que temos que tomar para resolvê-lo é compreendê-lo. Assim, a proposta do livro é apresentar os problemas para fazer com que as pessoas os compreendam.

Eu acredito que a humanidade tem condições de enfrentar esses problemas. No curto prazo, eu sou pessimista, pois acredito que a situação vai piorar antes de melhorar, já que as pessoas ainda não internalizaram, realmente, a gravidade do problema, mas acredito que as pessoas vão perceber, cada vez mais, essa gravidade, que todos serão atingidos, e a necessidade de uma mobilização, muito maior, para que esse problema seja resolvido. No médio e longo prazo, sou otimista de que nós vamos conseguir resolver esses problemas.

A dúvida é como será essa reação. Até quando as coisas vão piorar para que, realmente, todos nós nos mobilizemos. Essa não é uma questão ideológica como se fala por aí. Absolutamente. Esse é um problema que vai atingir todo mundo. Como o livro é um chamado à ação, eu espero que ele não leve ao desespero, e sim a ação das pessoas dentro das suas possibilidades.

Fonte solar ultrapassa R$ 195 milhões de investimentos no país

O Brasil tem ampliado de forma significativa a posição de destaque na transição energética global, com a adição de 4 gigawatts (GW) da fonte solar na matriz elétrica neste primeiro trimestre do ano, somando as grandes usinas solares e os sistemas de geração própria de energia em telhados, fachadas e pequenos terrenos, segundo balanço da Associação Brasileira de Energia Fotovoltaica (Absolar).

De acordo com a entidade, a tecnologia fotovoltaica acaba de ultrapassar a marca de 41 GW de potência instalada desde 2012 e mais de R$ 195 bilhões em novos investimentos, que geraram mais de 1,2 milhão de empregos verdes no país. Atualmente, a participação da fonte solar equivale a 17,4% da matriz elétrica brasileira e contribui cada vez mais para o protagonismo do Brasil na geopolítica de descarbonização das economias.

Somente no segmento de geração centralizada, as grandes usinas solares acabam de atingir 13 GW de potência no país, com cerca de R$ 56 bilhões em investimentos acumulados e mais de 391 mil empregos verdes gerados.

Com os 4 GW adicionados este ano, incluindo a geração distribuída, a fonte solar contribui para diversificar a matriz elétrica nacional e suprir a demanda nos horários de maior consumo de eletricidade pela sociedade. Adicionalmente, pelos cálculos da associação, o setor fotovoltaico já evitou a emissão de 50,1 milhões de toneladas de CO_2 na geração de eletricidade.

Economia

De acordo com a entidade, desde 2012, os negócios no setor fotovoltaico garantiram mais de R$ 58,6 bilhões em arrecadação aos cofres públicos. Para o presidente do Conselho de Administração da Absolar, Ronaldo Koloszuk, a ascensão brasileira na transição energética global é calcada majoritariamente pela expansão da geração solar fotovoltaica.

"O ganho de escala, o aumento da eficiência e a evolução tecnológica de ponta fazem da energia solar um dos principais vetores da transformação sustentável no Brasil e no mundo", comenta.

Já o CEO da Absolar, Rodrigo Sauaia, ressalta que a transição energética, com o protagonismo da tecnologia fotovoltaica, contribui fortemente para o desenvolvimento social, econômico e ambiental, em todas as esferas da sociedade.

"Além de acelerar a descarbonização das atividades econômicas e ajudar no combate ao aquecimento global, a fonte solar tem papel cada vez mais estratégico para a competitividade dos setores produtivos, independência energética e prosperidade das nações", explica.

No segmento de geração distribuída de energia, são 28 GW de potência instalada da fonte solar. Isso equivale a cerca de R$ 139,2 bilhões em investimentos, R$ 41,7 bilhões em arrecadação e mais de 841 mil empregos verdes acumulados desde 2012, espalhados pelas cinco regiões do Brasil. A tecnologia solar é utilizada atualmente em 99,9% de todas as conexões de geração distribuída no País, liderando com folga o segmento.

Sem produtos de US$ 0,99 para vender, lojas 99 Cents fecham as portas

A 99 Cents Only Stores, uma das principais cadeias de varejo de extremo valor nos Estados Unidos e que era semelhante ao comércio que vendia produtos de R$ 1,99 no Brasil, anunciou na última quinta-feira planos para fechar todas as 371 lojas da empresa e iniciar uma liquidação ordenada de suas operações comerciais após mais de quatro décadas.

Fundada em Los Angeles em 1982, a principal varejista de grandes descontos disse em comunicado que concordou com a Hilco Global, uma empresa independente de serviços financeiros, para liquidar todas as mercadorias de propriedade da empresa e alienar certos utensílios, móveis e equipamentos em lojas da empresa.

As vendas ao abrigo do acordo com a Hilco Global começaram, disse a empresa, acrescentando que a Hilco Real Estate irá gerir a venda dos ativos imobiliários da empresa, tanto próprios como arrendados.

"Esta foi uma decisão extremamente difícil e não é o resultado que esperávamos ou esperávamos alcançar", disse Mike Simoncic, CEO interino da empresa, no comunicado.

"Infelizmente, os últimos anos apresentaram desafios significativos e duradouros no ambiente retalhista, incluindo o impacto sem precedentes da pandemia da Covid-19, a mudança na procura dos consumidores, o aumento dos níveis de redução, as pressões inflacionistas persistentes e outros ventos macroeconômicos contrários, todos os quais prejudicou muito a capacidade de operação da empresa", disse Simoncic, que deixará seu cargo.

A empresa estava avaliando um possível pedido de falência, de acordo com a Bloomberg.

Com lojas na Califórnia, Arizona, Nevada e Texas e mais de 17.000 associados, é popular entre muitos clientes de baixa renda no país.

Vários clientes tiraram fotos para comemorar em uma loja 99 Cents em Arcadia, Los Angeles, na última quinta-feira.

Um comprador na casa dos sessenta anos disse à Xinhua que foi triste e terrível ouvir a notícia. "Há alguns bons negócios aqui. Esta rede fornece produtos acessíveis às nossas comunidades".

Volume de restaurantes com prejuízo atinge o maior índice desde março de 2023

Pesquisa da Abrasel realizada em março acende sinal de alerta para o setor de bares e restaurantes em 2024. Ainda lutando para se livrar de dívidas acumuladas, 31% das empresas operaram no vermelho em fevereiro – pior índice desde março do ano passado. Além disso, outros 38% dos estabelecimentos trabalharam em equilíbrio e 31% tiveram lucro, o que representa uma queda de quatro pontos percentuais em relação à pesquisa anterior.

Ainda segundo a pesquisa, três dos principais fatores responsáveis pelo desempenho negativo das empresas que operaram em prejuízo foram a queda das vendas no mês (76%), redução do número de clientes (66%) e custo de alimentos e bebidas (42%).

Quanto a inflação no setor, os estabelecimentos seguem com dificuldades de ajustar os preços do cardápio acima do índice geral: 19% reajustaram o cardápio abaixo da inflação; 35% reajustaram, mas somente para acompanhar a inflação; 37% não conseguiram reajustar os preços e apenas 9% reajustaram acima do índice.

"Os números recentes revelados pela pesquisa são preocupantes para o setor de bares e restaurantes. Com 31% das empresas operando no vermelho, enfrentamos desafios significativos. Em janeiro houve queda nas vendas, com ligeira recuperação em fevereiro por causa do carnaval, mas que não foi percebida como uma retomada pelos estabelecimentos. Além disso, a dificuldade em ajustar os preços do cardápio para recuperar perdas é um desafio adicional, junto com o alto endividamento, já que quase 40% do setor tem dívidas atrasadas", diz Paulo Solmucci, presidente-executivo da Abrasel.

Solmucci revela a construção de um plano para resgate do setor, em função dos problemas crônicos que persistem desde a pandemia: "contratamos um estudo da FGV (Fundação Getúlio Vargas), que vai se aprofundar nas causas das dificuldades que o setor vem enfrentando, já propondo caminhos e medidas que podem ser tomadas para resolvê-las de vez. Esperamos poder apresentar estas propostas o mais breve possível às autoridades e à sociedade. Só com o trabalho em conjunto podemos retomar os trilhos", completa Solmucci.

A pesquisa indicou que 39% das empresas têm dívidas em atraso. Os impostos federais lideram a lista de pagamentos atrasados (72%), seguido de impostos estaduais (50%), empréstimos bancários (37%), encargos trabalhistas/previdenciários (29%), serviços públicos (29%), fornecedores de insumos (24%), taxas municipais (23%), aluguel (18%), fornecedores de equipamentos e serviços (11%), e empregados (5%).

ICATU HOLDING S.A.
CNPJ/MF Nº 02.316.471/0001-39

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Ficam os Srs. Acionistas convidados a comparecer à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada na sede da Companhia, nesta cidade, na Av. Ataulfo de Paiva 1.100, 2° andar, às 10h do dia 29/04/2024, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas, relativamente ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) fixar a remuneração global anual da Diretoria e de Conselho de Administração; e (iii) outros assuntos de interesse geral. RJ, 03/04/2024. A Diretoria.

LITELA PARTICIPAÇÕES S.A. - EM LIQUIDAÇÃO. COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 05.495.546/0001-84 - NIRE: 33300271406. Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Edital de Convocação. Ficam convocados os senhores acionistas da Litela Participações S.A. - Em Liquidação a participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 29 de abril de 2024, às 15h30, de forma exclusivamente virtual via plataforma *Teams*, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: *I - Em Assembleia Geral Ordinária - ("AGO"):* Apreciação das Contas do Liquidante, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e do quadro geral de credores na data-base de 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do parecer dos auditores independentes; Destinação do Lucro Líquido do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023; *II - Em Assembleia Geral Extraordinária - ("AGE"):* Fixação da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2024; Ratificação da Eleição do Conselheiro Claudio Antonio Gonçalves; e, Aprovação da 10ª Partilha Antecipada de Ativo, nos termos do Art. 215, da Lei nº 6.404/76. Rio de Janeiro, 08 de abril de 2024. **Eximia Capital Partners Ltda - Liquidante.**

JUÍZO DE DIREITO DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL

EDITAL DE 1º, 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO – ELETRÔNICO, prazo: 05 dias, Ação de Cobrança proposta por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MARTINS RIBEIRO em face de ESPÓLIO DE ALOYSIO GUEDES DE MEIRA GAMA (Processo nº 0171221-53.2017.8.19.0001): O Dr. CARLOS SERGIO DOS SANTOS SARAIVA, Juiz de Direito, FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, especialmente ao ESPÓLIO DE ALOYSIO GUEDES DE MEIRA GAMA, de que no dia **15/04/2024,** às 12:00 horas, através do portal de leilões on-line do Leiloeiro Público Oficial Jonas Rymer (www.rymerleiloes.com.br), pelo Leiloeiro Público JONAS RYMER, será vendido a quem mais der a partir do valor da avaliação, e no dia **18/04/2024,** no mesmo horário, e portal, a quem mais der a partir de 80% do valor da avaliação de R$ 660.000,00, o **Apartamento 401 na Rua Martins Ribeiro, nº 18 - Flamengo/RJ.** Cf. o 9º Ofício do RI, o imóvel encontra-se matriculado sob o nº 472488, em nome de Aloysio Guedes de Meira Gama, constando, no R-1, Penhora oriunda do presente feito. Débitos de IPTU: R$ 45.152,46, mais acréscimos legais (2013 até 2024 - FRE 0575524-4). Débitos de Taxa de Serviços Estaduais de Prevenção e Extinção de Incêndios: R$ 743,42 (2018 a 2022 - Nº CBMERJ: 273130-5). Os débitos condominiais pendentes sobre a referida unidade equivalem, na data da expedição do edital, ao valor de R$ 432.089,40. Os créditos que recaem sobre o imóvel, inclusive os de natureza *propter rem*, serão sub-rogados sobre o preço da alienação, sendo observada a ordem de preferência, conforme preceituam o § 1º, do artigo 908, do Código de Processo Civil e o artigo 130 do CTN. Os interessados em participar do leilão deverão oferecer lances pela internet através do site www.rymerleiloes.com.br, desde que estejam devidamente cadastrados no site e habilitados em até 72 horas de antecedência do presente leilão. – E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente, que será publicado e afixado no local de costume, cientes de que a arrematação, adjudicação ou remição far-se-á à vista, mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, na forma do art. 892, CPC; acrescida de 5% de comissão ao Leiloeiro, de acordo com o parágrafo único, do art. 24, Decreto nº 21.981/32; e custas de cartório de 1% até o máximo permitido. E, foi expedido este edital. Outro, na íntegra, está afixado no Átrio do Fórum e nos autos acima. RJ, 05/03/2024. Eu, Karla Cristina de Jesus Vilhena Palhares Freire, Mat. 01-30922 - Chefe de Serventia, o fiz datilografar e subscrevo. Dr. Carlos Sergio Dos Santos Saraiva - Juiz de Direito.

abrasca companhia associada





Companhia Aberta
CNPJ nº 33.102.476/0001-92- NIRE 33.3.0010861-1

ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA REALIZADA NO DIA 28/03/2024. 1. Local Hora e Data: Realizada na sala de reuniões da sede da Monteiro Aranha S.A. ("Companhia"), localizada na Av. Afrânio de Melo Franco, n.º 290, sala 101 (parte), Leblon, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.430-060, às 9h do dia 28/03/2024. **2. Convocação e Presença:** Dispensada as formalidades de convocação, dado que estão presentes as diretoras, Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho, Flavia Coutinho Martins e Tania Maria Camilo, representando a totalidade dos membros em exercício. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho e secretariados pela Srta. Ana Paula Ferreira dos Santos Carneiro. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre o pagamento de juros sobre capital próprio, na forma do Artigo 26, Parágrafo Único, do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** Após exame e discussão da matéria, os membros presentes da Diretoria, conforme previsto no Artigo 26, Parágrafo Único, do Estatuto Social da Companhia, "*ad referendum*" da Assembleia Geral, aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício social de 2024 em curso, no valor total bruto de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), à razão de R$ 1,224367758 por ação, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 05/04/2024, com retenção do imposto de renda na fonte, na forma da legislação vigente, exceto para acionistas que já sejam comprovadamente isentos ou imunes. O valor dos juros sobre o capital próprio ora declarado poderá ser imputado ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício social em curso, conforme previsão estatutária e legal. As ações negociadas a partir de 8 de abril de 2024 na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão serão consideradas "*ex-direito*" aos juros sobre capital próprio. O pagamento será realizado até 27 de dezembro de 2024, observados os procedimentos do Aviso de Acionistas a ser oportunamente divulgado na imprensa. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todas as diretoras presentes. Rio de Janeiro, 28/03/2024. Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho - Diretora Presidente. Ana Paula Ferreira dos Santos Carneiro - Secretária. Tania Maria Camilo - Diretora. Flavia Coutinho Martins - Diretora de Relações com Investidores. Arquivada na JUCERJA em 04/04/2024 sob o nº 00006165223.

REPSOL SINOPEC BRASIL S.A.
CNPJ n° 02.270.689/0001-08 - NIRE 3330016653-0

Certidão da Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/03/2024: Data, Horário e Local: Realizada em 28/03/2024, às 11h, na sede da Companhia, localizada à Praia de Botafogo, n° 300, salas 501 e 701, Botafogo, na Cidade e Estado do RJ. **Mesa**: Sr. Alejandro José Ponce Bueno – Presidente e Sra. Carolina Assano Massocato Escobar – Secretária. **Presença**: Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme as assinaturas apostas no "Livro de Registro de Presença de Acionistas". **Convocação**: Dispensada a comprovação da convocação prévia pela imprensa, face ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. **Publicações**: Os avisos a que se refere o *caput* do artigo 133 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores deixaram de ser publicados em conformidade com o permitido pelo parágrafo 4º do mesmo artigo. As demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023 foram publicadas no Jornal Monitor Mercantil de 14/03/2024 e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 15/03/2024 (cópia das publicações em anexo). A totalidade dos acionistas declarou que já tinha tomado conhecimento do teor das demonstrações financeiras que ficaram disponíveis na sede da Companhia. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(i)** A tomada das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(ii)** A destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, conforme recomendação do Conselho de Administração da Companhia; e **(iii)** A remuneração global anual dos Diretores para o exercício de 2024. **Deliberações**: Os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram: **(i)** Aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, revisadas pelos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(ii) (1)** Referendar as distribuições de dividendos intercalares aprovadas pelo Conselho de Administração em 30/04/2023, 31/05/2023, 30/06/2023, 31/07/2023, 31/08/2023, 29/09/2023, 31/10/2023, 30/11/2023 e 28/12/2023 no valor total aproximado de R$ 1.463.100.000,00, com base em balanços semestral, trimestral e mensal, *ad referendum* dos acionistas; e **(ii) (2)** Aprovar a distribuição de dividendos no valor total de R$ 1.810.067.904,08 – dos quais aproximadamente R$ 1.463.100.000,00 já foram distribuídos como dividendos intercalares conforme mencionado no item (ii) (1) acima –, de acordo com o lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023 refletido nas demonstrações financeiras auditadas referidas acima, a serem pagos em ou antes de 31/12/2024; e **(iii)** Aprovar a proposta de remuneração global anual dos Diretores para o exercício de 2024, no valor de até R$ 10.3 milhões. **Encerramento**: Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e nada mais havendo a tratar, e não tendo havido solicitação de instalação do Conselho Fiscal, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia Geral pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, a qual, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas**: Alejandro José Ponce Bueno – Presidente e Carolina Assano Massocato Escobar – Secretária. Repsol E&P S.à r.l., Repsol Exploración, S.A. e TipTop Luxembourg S.à r.l. Certifico e atesto que a deliberação acima foi extraída da ata lavrada no livro próprio da Companhia. RJ, 28/03/2024. **Carolina Assano Massocato Escobar -** Secretária da Mesa. Jucerja nº 6161794 em 03/04/2024.

Vale: anomalia em dreno da barragem em MG não impactou estrutura

A Vale disse que detectou anomalia em dreno da barragem Forquilha III, em Ouro Preto (MG), mas afirmou que não houve alteração nas condições da estrutura. Em nota nesta sexta-feira, a mineradora diz que em atenção a notícias de imprensa que abordam as condições de segurança da barragem Forquilha III, em especial, ao artigo intitulado “Vale detecta anomalia em dreno de barragem de Ouro Preto; entenda”, publicado pelo Portal G1 Minas, a empresa esclarece que a identificação, análise e correção de anomalias em uma barragem é uma rotina operacional normal dentro do sistema de gestão de barragens e rejeitos da Vale e está alinhado ao padrão global da indústria (GISTM).

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) enviou recomendação ao Diretor-Presidente e ao Conselho de Administração da Vale S/A para que, de imediato, adote todas as providências necessárias para manter o órgão fiscalizador (ANM), o órgão do SISNAMA (Feam) e os órgãos de Defesa Civil Estadual e Municipais devidamente informados sobre as condições de segurança da Barragem Forquilha III e das demais estruturas da Mina de Fábrica, localizadas em Ouro Preto.

O documento, encaminhado no dia 26 de março, ainda recomenda que a Vale cumpra o seu dever de informação à população, sempre de forma verídica, tempestiva e completa e em linguagem acessível, sobre os riscos e condições de segurança da barragem.

Segundo a mineradora, o acúmulo de material sedimentado na saída do dispositivo de drenagem foi detectado em 15 de março de 2024. “A Vale, prontamente, comunicou a situação aos órgãos competentes e, em conjunto com a Agência Nacional de Mineração (ANM) e com a empresa de auditoria técnica independente que acompanha a estrutura e as obras de descaracterização, desenvolveu um plano de ação e vem acompanhando a situação minuciosamente. Todos os instrumentos instalados para monitoramento da estrutura não acusaram alteração nas suas condições”, destacou a nota.

A barragem Forquilha III é parte do Programa de Descaracaterização de Barragens a Montante da Vale e que o protocolo de emergência em nível 3 para a barragem Forquilha III foi ativado em 2019, quando ocorreu a evacuação da Zona de Autossalvamento (“ZAS”), que segue sem a presença de pessoas e animais de criação.

“A Vale prioriza a segurança de suas barragens, operações, empregados e comunidades, com uma atuação transparente. A companhia continuará acompanhando de forma diligente o desempenho de segurança da barragem Forquilha III e seguirá com ações para estabelecer níveis satisfatórios de segurança e estabilidade à estrutura até que sua descaracterização seja finalizada”, cita a nota assinada por Gustavo Duarte Pimenta vice-presidente Executivo de Finanças e Relações com Investidores da empresa.

OTHON L. BEZERRA DE MELLO COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 33.200.023/0001-07

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento ao que determina a legislação em vigor e os estatutos desta sociedade, vimos submeter ao exame e julgamento de Vsas. os balanços patrimoniais, contas de resultado e demais demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 2023, 2022, 2021, 2020 e 2019. Nos colocamos à disposição de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos. Rio de Janeiro, 29/02/2024. **A Diretoria**

Balanços Patrimoniais em 31/12/2023, 2022, 2021, 2020, 2019. (Em MR$)

	2023	2022	2021	2020	2019
Ativo	**2.696**	**2.644**	**2.560**	**2.446**	**2.392**
Circulante	**7**	**7**	**16**	**16**	**20**
Impostos a Recuperar	7	7	7	7	8
Contas a Receber	-	-	5	5	8
Outras	-	-	4	4	4
Não Circulante	**2.689**	**2.637**	**2.544**	**2.430**	**2.372**
Realizável a Longo Prazo					
- Dep. Judicial	**313**	**313**	**313**	**313**	**313**
Cias. Associadas	1.134	1.082	989	875	817
Outras	1	1	1	1	1
Investimentos	**1.240**	**1.240**	**1.240**	**1.240**	**1.240**
Imobilizado - Líquido	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**
	2023	**2022**	**2021**	**2020**	**2019**
Passivo	**2.696**	**2.644**	**2.560**	**2.446**	**2.392**
Circulante	**669**	**682**	**710**	**703**	**695**
Impostos e Contribuições	483	480	482	477	469
Fornecedores	-	12	28	28	27
Outras	186	190	200	198	199
Não Circulante	**149.061**	**142.310**	**130.232**	**115.652**	**108.148**
Cias. Associadas	148.792	142.041	129.963	115.383	107.879
IPTU	269	269	269	269	269
Patrimônio Líquido	**(147.034)**	**(140.348)**	**(128.382)**	**(113.909)**	**(106.451)**
Capital Social	5.174	5.174	5.174	5.174	5.174
Reservas de Capital	1.774	1.774	1.774	1.774	1.774
Reservas de Reavaliação	40.875	40.875	40.875	40.875	40.875
Prejuízos Acumulados	(194.857)	(188.171)	(176.205)	(161.732)	(154.274)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2023, 2022, 2021, 2020, 2019. (Em MR$)

	Capital Social	Reservas de Capital: C. Monetária Imobilizado	Reservas de Capital: Reserva Res. Especial Dl 1260	Reservas de Capital: Ágio na Emissão de Ações	Reserva de Reavaliação	(Prejuizos) Acumulados	Total
Saldos em 31/12/19	**5.174**	**508**	**210**	**1.056**	**40.875**	**(154.274)**	**(106.451)**
Prejuizo do Exercício						(7.458)	(7.458)
Saldos em 31/12/20	**5.174**	**508**	**210**	**1.056**	**40.875**	**(161.732)**	**(113.909)**
Prejuizo do Exercício						(14.473)	(14.473)
Saldos em 31/12/21	**5.174**	**508**	**210**	**1.056**	**40.875**	**(176.205)**	**(128.382)**
Prejuizo do Exercício						(11.965)	(11.965)
Saldos em 31/12/22	**5.174**	**508**	**210**	**1.056**	**40.875**	**(188.170)**	**(140.347)**
Prejuizo do Exercício						(6.686)	(6.686)
Saldos em 31/12/23	**5.174**	**508**	**210**	**1.056**	**40.875**	**(194.856)**	**(147.033)**

Demonstração dos Resultados em 31/12/2023, 2022, 2021, 2020, 2019. (Em MR$)

	2023	2022	2021	2020	2019
Receita Operacional Bruta	-	-	-	-	39
Deduções - Tributos	-	-	-	-	(6)
Receita Operacional Líquida	-	-	-	-	33
Despesas Operacionais	**(6.686)**	**(11.965)**	**(14.473)**	**(7.458)**	**(5.363)**
Despesas Administrativas	(65)	(43)	(58)	(46)	(59)
Resultado Financeiro	(6.621)	(11.922)	(14.415)	(7.412)	(5.304)
Prejuízo do Exercício	**(6.686)**	**(11.965)**	**(14.473)**	**(7.458)**	**(5.330)**
Prejuízo por lote de 1000 ações- em R$	(125,22)	(224,09)	(271,06)	(139,68)	(99,82)

Demonstração dos Valores Adicionados em 31/12/2023, 2022, 2021, 2020, 2019. (Em MR$)

	2023	2022	2021	2020	2019
1 - Receita de Serviços Prestados	**-**	**-**	**-**	**-**	**39**
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros - Materiais, Energia, Serviços e Outros	**(33)**	**(9)**	**(22)**	**(9)**	**(19)**
3 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	**(33)**	**(9)**	**(22)**	**(9)**	**20**
4 - Valor Adicionado Total a Distribuir	**(33)**	**(9)**	**(22)**	**(9)**	**20**
5 - Distribuição do Valor Adicionado	**33**	**9**	**22**	**9**	**(20)**
5.1) Pessoal	**(29)**	**(29)**	**(34)**	**(34)**	**(34)**
5.1.1) Remuneração direta	(24)	(24)	(24)	(24)	(24)
5.1.2) Benefícios	-	-	(4)	(4)	(5)
5.1.3) INSS	(5)	(5)	(6)	(6)	(5)
5.2) Impostos, Taxas e Contribuições	(5)	(5)	(3)	(3)	(12)
5.2.1) Federais	(5)	(3)	-	(2)	(9)
5.2.2) Municipais	-	(2)	(3)	(1)	(3)
5.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	**(6.619)**	**(11.922)**	**(14.414)**	**(7.412)**	**(5.304)**
5.3.1) Juros sobre Mútuos - Associadas	(6.619)	(11.922)	(14.414)	(7.412)	(5.304)
5.3.2) Juros sobre Impostos e Contribuições	-	-	-	-	-
5.4) Remuneração de Capitais Próprios - Prejuízo do Exercício	**(6.686)**	**(11.965)**	**(14.473)**	**(7.458)**	**(5.330)**

Notas Explicativas Sobre As Demonstrações Contábeis em 31/12/2023, 2022, 2021, 2020, 2019. (Em MR$).

1- Apresentação das Demonstrações Contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei nº 6.404/76 (das Sociedades por Ações), e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, Medida Provisória nº 449/08 e Lei nº 11.641/09. e pronunciamentos emitidos pelo CPC(Comitê de Pronunciamentos Contábeis). São os seguintes os principais critérios contábeis adotados: a) Investimentos - Os Investimentos são avaliados pelo método da Equivalência Patrimonial. b) Imobilizado - É contabilizado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/95. c) Depreciação - É contabilizada pelo método linear e corrigida monetariamente até 31/12/95. d) Resultado do Exercício: Apurado em conformidade com o regime de competência.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/2023, 2022, 2021, 2020, 2019. (Em MR$)

Atividades Operacionais	2023	2022	2021	2020	2019
Prejuízo do Exercício	**(6.686)**	**(11.965)**	**(14.473)**	**(7.458)**	**(5.330)**
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais	**6.619**	**11.921**	**14.414**	**7.413**	**5.304**
Juros - Empréstimos Associadas	6.619	11.922	14.414	7.412	5.304
Outros Ajustes	-	(1)	-	1	-
(Aumento) Redução de ativos operacionais	**-**	**5**	**-**	**3**	**(6)**
Contas a Receber	-	5	-	3	(6)
Impostos a Recuperar	-	-	-	-	-
Aumento (Redução) de passivos operacionais	**(13)**	**(24)**	**7**	**8**	**(8)**
Fornecedores	(12)	(16)	-	1	2
Impostos e Contribuições	3	2	5	8	(6)
Outros	(4)	(10)	2	(1)	(4)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	**(80)**	**(63)**	**(52)**	**(34)**	**(40)**
Caixa oriundo das Atividades de financiamento - empréstimos Associadas	**80**	**63**	**52**	**34**	**40**
Aumento(Redução) do Caixa	-	-	-	-	-

2 - Investimentos em Coligadas e Controladas.

	Cobm S/A.	Hosa	Usina Cupim	Carapebus
Nº de ações	5.081.406.818	183.724.120	63.635.390	200.602
Participação (%)	62,63	21,43	49,82	35,88
Investimento (em Mil R$)	3.570	49.714	3.242	599
(-) Equiv. Patrimonial (em Mil R$)	(3.570)	(49.714)	(3.242)	(599)
Total	**-**	**-**	**-**	**-**

3 - (Contas a Pagar) Receber de Associadas - LP (em R$)

Cias.	2023	2022	2021	2020	2019
HOSA	(82.385)	(78.522)	(71.652)	(63.380)	(59.119)
COBM S/A.	(61.857)	(59.027)	(53.921)	(47.738)	(44.559)
Usina Cupim	(3.302)	(3.302)	(3.302)	(3.302)	(3.302)
Othon Adm. S/A.	(1.247)	(1.190)	(1.087)	(963)	(899)
CAPVRU	1.134	1.082	989	875	817
Total	**(147.657)**	**(140.959)**	**(128.973)**	**(114.508)**	**(107.062)**

4- O IRPJ e a CSLL: Foram apurados em conformidade com a legislação do Lucro Real Anual. **5 - Capital Social**: O Capital Social em 31/12/2023, 2022, 2021, 2020 e 2019 é de R$ 5.174.412,54 representado por 53.394.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

Rogério Luiz Lima Figueira - **Diretor** - CPF: 304.312.637-87
Thiago Raphael Carneiro - **Contador** - CRC-RJ: 123.855/O-8

COTONIFÍCIO OTHON BEZERRA DE MELLO S/A

CNPJ/MF nº 10.775.815/0001-04

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento ao que determina a legislação em vigor e os estatutos desta sociedade, vimos submeter ao exame e julgamento de Vsas. os balanços patrimoniais, contas de resultado e demais demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 2021, 2020, 2019, 2018, 2017 e 2016. Nos colocamos à disposição de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos. Rio de Janeiro, 29/02/2024. **A Diretoria**

Balanços Patrimoniais em 31/12/2023, 2022, 2021, 2020, 2019, 2018, 2017, 2016. (Em MR$)

	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016
Ativo	**66.136**	**63.241**	**58.052**	**51.768**	**48.534**	**46.220**	**43.744**	**51.693**
Circulante	**20**	**19**	**19**	**19**	**16**	**15**	**15**	**5.091**
Caixa e Bancos	-	-	-	-	-	-	1	-
Contas a Receber	-	-	-	-	1	-	-	5.075
Impostos a Recuperar	15	15	15	15	15	15	14	14
Outros	5	4	4	4	-	-	-	2
Não Circulante	**66.116**	**63.222**	**58.033**	**51.749**	**48.518**	**46.205**	**43.729**	**46.602**
Contas com Associadas	62.879	59.985	54.796	48.512	45.281	42.968	40.469	37.794
Depósitos Judiciais	112	112	112	112	112	112	134	134
Outras Contas	901	901	901	901	901	901	901	901
Investimentos	**40**	**40**	**40**	**40**	**40**	**40**	**41**	**41**
Imobilizado - Liquido	**2.184**	**2.184**	**2.184**	**2.184**	**2.184**	**2.184**	**2.184**	**7.732**
	2023	**2022**	**2021**	**2020**	**2019**	**2018**	**2017**	**2016**
Passivo e Patrimônio Líquido	**66.136**	**63.241**	**58.052**	**51.768**	**48.534**	**46.220**	**43.744**	**51.693**
Circulante	**6.645**	**6.066**	**5.379**	**4.997**	**4.650**	**4.202**	**3.699**	**27.055**
IPTU - Recife	5.249	4.687	4.040	3.688	3.452	3.142	2.882	2.546
Demais Impostos e Contribuições	1.217	1.193	1.148	1.120	1.008	870	632	380
Prefeitura da Cidade de Recife	-	-	-	-	-	-	-	23.951
Outras Contas a Pagar	179	186	191	189	190	190	185	178
Não Circulante	**70.346**	**66.982**	**61.099**	**54.077**	**50.416**	**47.747**	**44.777**	**48.698**
Contas c/Associadas	69.564	66.200	60.317	53.295	49.634	46.965	43.890	48.505
Impostos e Contribuições - Parcelamentos	782	782	782	782	782	782	887	193
Patrimônio Líquido	**(10.855)**	**(9.807)**	**(8.426)**	**(7.306)**	**(6.532)**	**(5.729)**	**(4.732)**	**(24.060)**
Capital Social	17.785	17.785	17.785	17.785	17.785	17.785	17.785	17.785
Corr.Monetaria	94	94	94	94	94	94	94	94
Reservas de Capital	207	207	207	207	207	207	207	207
Prejuízos Acumulados	(28.941)	(27.893)	(26.512)	(25.392)	(24.618)	(23.815)	(22.818)	(42.146)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2023, 2022, 2021, 2020, 2019, 2018, 2017, 2016 (Em MR$)

	Capital Realizado e Atualizado: Capital Social	Capital Realizado e Atualizado: Reserva de C. Monetária	Reserva de Capital	Prejuízo Acumulado	Total
SALDOS EM 31/12/16	**17.785**	**94**	**207**	**(42.146)**	**(24.060)**
Lucro do Exercício				19.328	19.328
SALDOS EM 31/12/17	**17.785**	**94**	**207**	**(22.818)**	**(4.732)**
Prejuízo do Exercício				(997)	(997)
SALDOS EM 31/12/18	**17.785**	**94**	**207**	**(23.815)**	**(5.729)**
Prejuízo do Exercício				(803)	(803)
SALDOS EM 31/12/19	**17.785**	**94**	**207**	**(24.618)**	**(6.532)**
Prejuízo do Exercício				(774)	(774)
SALDOS EM 31/12/20	**17.785**	**94**	**207**	**(25.392)**	**(7.306)**
Prejuízo do Exercício				(1.120)	(1.120)
SALDOS EM 31/12/21	**17.785**	**94**	**207**	**(26.512)**	**(8.426)**
Prejuízo do Exercício				(1.380)	(1.380)
SALDOS EM 31/12/22	**17.785**	**94**	**207**	**(27.892)**	**(9.806)**
Prejuízo do Exercício				(1.048)	(1.048)
SALDOS EM 31/12/23	**17.785**	**94**	**207**	**(28.940)**	**(10.854)**

Notas Explicativas Sobre As Demonstrações Contábeis em 31/12/2023, 2022, 2021, 2020, 2019, 2018, 2017, 2016. (Em MR$).

1- Apresentação das Demonstrações Contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em conformidade com a Lei nº 6.404/76 (das Sociedades por Ações), alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.641/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC(Comitê de Pronunciamentos Contábeis). São os seguintes os principais critérios contábeis adotados: a) Investimentos - Foram avaliados pelo custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/95 e deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. b)Imobilizado: Os bens Imóveis estão contabilizados com base em laudos de avaliação elaborados por peritos independentes e, os demais, avaliados ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/95. c) Depreciação: É calculada pelo método linear com base no custo histórico e corrigida monetariamente até 31/12/95. d) Resultado do exercício: Apurado em conformidade com o regime de competência.

2- Contas com Associadas - A Receber (Pagar):

Cias.	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016
Othon L. B. Mello Com. Imp.Exp. S/A	61.858	59.027	53.922	47.738	44.559	42.282	39.722	37.794
Hotéis Othon S/A.	(34.152)	(32.407)	(29.412)	(25.888)	(24.024)	(22.643)	(20.914)	(26.326)
Cia. Açucareira Usina Barcelos	(33.662)	(32.121)	(29.343)	(25.978)	(24.248)	(23.009)	(21.616)	(20.567)
HBBH	(323)	(308)	(281)	(248)	(232)	(220)	(205)	(1.204)
Outras	(407)	(407)	(407)	(407)	(407)	(407)	(408)	(408)
Total	(6.686)	(6.216)	(5.521)	(4.783)	(4.352)	(3.997)	(3.421)	(10.711)

Demonstração dos Resultados em 31/12/2023, 2022, 2021, 2020, 2019, 2018, 2017, 2016. (Em MR$)

Despesas Operacionais	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016
Despesas Administrativas	(419)	(422)	(302)	(288)	(370)	(459)	(429)	(375)
Resultado Financeiro	(629)	(958)	(818)	(486)	(433)	(558)	(710)	(953)
Prejuízo Operacional	(1.048)	(1.380)	(1.120)	(774)	(803)	(1.017)	(1.139)	(1.328)
Resultado Não Operacional	-	-	-	-	-	20	20.467	-
Lucro (Prejuízo) do Exercício	**(1.048)**	**(1.380)**	**(1.120)**	**(774)**	**(803)**	**(997)**	**19.328**	**(1.328)**
Lucro (Prejuízo) por lote de mil ações (em reais)	**(0,21)**	**(0,27)**	**(0,22)**	**(0,15)**	**(0,16)**	**(0,20)**	**3,80**	**(0,26)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/2023, 2022, 2021, 2020, 2019, 2018, 2017, 2016. (Em MR$)

Atividades Operacionais	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016
Prejuízo do Exercício	**(1.048)**	**(1.380)**	**(1.120)**	**(774)**	**(803)**	**(997)**	**19.328**	**(1.328)**
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais								
Atualização de passivo fiscal	312	402	225	166	204	351	399	102
Juros sobre empréstimos associadas	295	527	578	294	203	207	311	851
Total	**(441)**	**(451)**	**(317)**	**(314)**	**(396)**	**(439)**	**20.038**	**(375)**
(Aumento) Redução de ativos operacionais								
Contas a Receber	-	-	-	1	(1)	-	5.075	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	22	-	-
Impostos a Recuperar	-	-	-	-	-	(1)	-	-
Outros	(1)	(1)	-	(4)	-	-	2	(2)
Total	**(442)**	**(452)**	**(317)**	**(317)**	**(397)**	**(418)**	**25.115**	**(377)**
Aumento(Redução) de passivos operacionais								
Contas a Pagar	(7)	(5)	2	(1)	-	5	7	1
Impostos e Contribuições	274	290	155	182	244	42	883	148
Prefeitura da Cidade de Recife	-	-	-	-	-	-	(23.951)	-
Total	**267**	**285**	**157**	**181**	**244**	**47**	**(23.061)**	**149**
Caixa aplicado nas atividades operacionais	**(175)**	**(167)**	**(160)**	**(136)**	**(153)**	**(371)**	**2.054**	**(228)**
Atividades de investimento								
(Aumento) redução de imobilizado	-	-	-	-	-	-	5.548	-
Investimento	-	-	-	-	-	1	-	-
Caixa oriundo das atividades de investimento	-	-	-	-	-	**1**	**5.548**	-
Atividades de financiamento								
Aumento(Redução)Empréstimos de associadas	175	167	160	136	153	369	(7.601)	228
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	**175**	**167**	**160**	**136**	**153**	**369**	**(7.601)**	**228**
Aumento (Redução) do Caixa	-	-	-	-	-	(1)	1	-
Caixa e equivalentes no exercício								
Disponibilidades no final do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1**	**-**
Disponibilidades no início do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1**	**-**	**-**

Demonstração dos Valores Adicionados em 31/12/2023, 2022, 2021, 2020, 2019, 2018, 2017, 2016. (Em MR$)

	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016
1 - Receitas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**20**	**20.467**	**-**
1.2) Outras Receitas não Operacionais	-	-	-	-	-	20	20.467	-
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros	**(202)**	**(192)**	**(141)**	**(93)**	**(137)**	**(203)**	**(172)**	**(207)**
2.1) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(202)	(192)	(141)	(93)	(137)	(203)	(172)	(207)
3 - Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade (1-2)	**(202)**	**(192)**	**(141)**	**(93)**	**(137)**	**(183)**	**20.295**	**(207)**
4 - Valor Adicionado Total a Distribuir	**(202)**	**(192)**	**(141)**	**(93)**	**(137)**	**(183)**	**20.295**	**(207)**
5 - Distribuição Do Valor Adicionado	**202**	**192**	**141**	**93**	**137**	**183**	**(20.295)**	**207**
5.1) Pessoal	**(123)**	**(110)**	**(105)**	**(100)**	**(99)**	**(96)**	**(96)**	**(92)**
5.1.1) Remuneração direta	(94)	(84)	(80)	(76)	(76)	(74)	(73)	(71)
5.1.2) INSS e FGTS	(29)	(26)	(25)	(24)	(23)	(22)	(23)	(21)
5.2) Impostos, Taxas e Contribuições	**(116)**	**(149)**	**(71)**	**(121)**	**(160)**	**(160)**	**(161)**	**(76)**
5.2.1) Federais	(3)	(5)	-	(66)	(92)	(126)	(96)	(113)
5.2.2) Municipais	(113)	(144)	(71)	(55)	(68)	(34)	(65)	37
5.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	**(607)**	**(929)**	**(803)**	**(460)**	**(407)**	**(558)**	**(710)**	**(953)**
5.3.1) Juros sobre Mútuos - Associadas	(295)	(527)	(578)	(294)	(203)	(207)	(311)	(851)
5.3.2) Juros sobre Impostos e Contribuições	(312)	(402)	(225)	(166)	(204)	(351)	(399)	(102)
5.4) Remuneração de Capitais Próprios	**1.048**	**1.380**	**1.120**	**774**	**803**	**997**	**(19.328)**	**1.328**
5.4.1) Lucro(Prejuízo) do Exercício	(1.048)	(1.380)	(1.120)	(774)	(803)	(997)	19.328	(1.328)

3 - O IRPJ e a CSLL: Foram apurados em conformidade com a legislação do Lucro Real Anual. **4- Capital Social:** O capital social subscrito e integralizado é composto por 5.081.406.818 ações sendo 5.053.017.953 ações ordinárias e 28.388.865 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Rogério Luiz Lima Figueira - **Diretor** - CPF: 304.312.637-87
Thiago Raphael Carneiro - **Contador** - CRC-RJ: 123.855/O-8

Consumidor está pagando mais na compra de remédios

Este mês, reajuste foi 4,5% nos medicamentos

No bolso do consumidor pesa muito , mas do ponto de vista do varejo farmacêutico o aumento de 4,5% nos medicamentos é uma forma de proteger as margens. É o que assinala o relatório da Fitch Ratings, divulgado nesta sexta-feira. "O reajuste de 4,5% nos preços dos medicamentos, autorizado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) e implementado em abril, deve proteger as margens das varejistas farmacêuticas classificadas pela agência e ter efeito neutro nas projeções da Fitch para as empresas do setor", destaca.

O relatório explica que este percentual é condizente com as expectativas incorporadas aos cenários-base dos ratings e, por estar em linha com a inflação do período, não deve exercer maiores pressões no curso normal dos negócios, considerando apenas esta variável. "Reajustes bem abaixo da inflação podem impactar negativamente a rentabilidade das empresas e limitar a geração de caixa, uma vez que o setor é intensivo em despesas fixas que acompanham a inflação, como custos de ocupação e folhas de pagamento".

De acordo com a Fitch, o varejo farmacêutico possui características defensivas e margens cuja proteção depende dos reajustes anuais, ainda que o repasse não seja automático e esteja atrelado a fatores estratégicos relacionados a participação de mercado, desconto aplicado e mix de vendas. Em 2024, as varejistas farmacêuticas devem aproveitar o aumento dos preços para compensar parcialmente as maiores alíquotas do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em alguns estados, que estão entrando em vigor desde o início do ano e afetando ligeiramente a rentabilidade dos negócios.

Varejistas

Dentre as varejistas do setor, a Fitch classifica a Raia Drogasil S.A. (RD) com o Rating Nacional de Longo Prazo 'AAA(bra)', a Empreendimentos Pague Menos S.A. (Pague Menos) com o rating 'AA-(bra)' e a Farmácia e Drogaria Nissei S.A. (Nissei) com o rating 'A-(bra)', todas com Perspectiva Estável. A RD, que possui maior capilaridade na indústria, deverá ser a principal beneficiada pelo aumento dos preços, devido ao maior percentual da receita vinculado à venda de medicamentos (73% do total) – de marca, sem prescrição ou genéricos.

A agência de classificação de risco de crédito diz que a Pague Menos possui percentuais de vendas semelhantes aos da RD de forma isolada, mas sua controlada Extrafarma possui um mix ligeiramente menos favorável, com 70% das vendas provenientes de medicamentos. Além disso, medicamentos de marca, que possuem menor incidência de descontos, representam 35% das vendas da Extrafarma, frente aos 41% da RD e aos 40% da Pague Menos.

A Nissei, por sua vez, não captura os benefícios dos aumentos de preços como seus pares, já que apenas 58% das vendas provêm de medicamentos. Ainda assim, suas margens são fortalecidas pela venda de produtos de conveniência, que representam em torno de 9% da receita. Para 2024, a Fitch projeta margens de Ebitdar de 11,4% para a RD, de 10,1% para a Nissei e de 9,1% para a Pague Menos, frente às de 11,0%, 11,4% e 8,7%, respectivamente, apuradas em 2023.

Agentes financeiros terão R$ 8 bi em crédito para MEIs e MPMEs via BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) terá R$ 8 bilhões em crédito para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), além de microempreendedores individuais (MEIs), por meio do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI Peac). A partir deste mês de abril, os agentes financeiros já podem conceder garantias por meio do programa.

Isso é possível porque o BNDES, gestor do FGI Peac, implementou alterações na alocação de recursos do programa, que tem caráter anticíclico e tem contribuído para mitigar os efeitos da crise de crédito. Uma nova metodologia de alocação aos agentes financeiros contribuiu para uma distribuição mais rápida e efetiva dos recursos, além da manutenção de uma inadimplência inferior à esperada pelo perfil da carteira garantida. Os recursos adicionais que permitirão a alavancagem não necessitaram de aportes pelo Tesouro.

"Com mais recursos garantidos pelo FGI PEAC, o BNDES amplia o acesso ao crédito para micro, pequenas e médias empresas, que são fundamentais para a economia no país e para a geração de emprego e renda", afirma o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

As medidas dão continuidade às alterações implementadas em 2023 e contribuem para democratizar o acesso ao crédito, por meio da ampliação do número de tomadores beneficiados, aliada a uma participação cada vez mais expressiva de empresas de menor porte. Essa metodologia permitiu, em abril de 2023, a viabilização de R$ 21 bilhões, somente no 2º trimestre, em créditos garantidos pelo FGI Peac. Ao todo, em 2023, os empréstimos somaram R$ 42 bilhões.

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
AVISO DE LEILÃO

O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO torna público, para conhecimento dos interessados, que, no dia 24 de abril de 2024 às 10h00min, no auditório do DETRO, situado à Rua Uruguaiana, 118 - 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, realizará o leilão **APLDETROPCERJ07-24**, na forma online e presencial, dos veículos apreendidos ou removidos a qualquer título, classificados como conservados e não reclamados por seus proprietários dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recolhimento, conforme Portaria DETRO/PRES nº 1537 de 04 de agosto de 2020, tendo como leiloeira a Sra. ELIZABETH CHRISTINA AMORIM DE ALMEIDA, devidamente matriculado na JUCERJA sob o nº 317. A cópia do edital poderá ser consultada através dos sites **www.detro.rj.gov.br / www.aplleiloes.com.br**.

CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO CENTRAL PARK
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Assembleia Geral Ordinária

Atendendo a determinação da Sra. Síndica, vimos pelo presente, convocar os Senhores Condôminos para comparecerem à **Assembleia Geral Ordinária** do **Condomínio do Edifício Central Park**, que será realizada no **próximo dia 10 de Abril de 2024–quarta-feira**, no supramencionado condomínio, **às 19:30 horas** em primeira convocação com o "quórum" legal ou **às 20:00 horas**, em segunda e última convocação com qualquer número de presentes, para discutirem e deliberarem sobre os seguintes assuntos constantes da "Ordem do Dia": **1) Aprovação das contas relativas ao exercício findo (03/2023 a 02/2024); 2) Aprovação do orçamento para o próximo exercício – 2024/2025; 3) Eleição de Síndico, definindo seu pró-labore; 4) Eleição de Subsíndico; 5) Eleição de membros efetivos e suplentes do Conselho Consultivo; e 6) Assuntos Gerais.** Para votação na assembleia, o condômino deverá estar quite com as quotas condominiais correspondentes à(s) sua(s) unidade(s) no condomínio que se vencerem até a data da assembleia (Artigo 1.335 III, do Código Civil). O representante de condômino deverá estar munido de procuração outorgada com observância das normas legais, inclusive com firma reconhecida (Parágrafo 2º do art. 654 do Código Civil). Os condôminos poderão se fazer representar por procurações públicas ou particulares, desde que com a firma dos outorgantes devidamente reconhecidas, sendo certo que na hipótese de que os outorgados apresentem a candidatura dos outorgantes para o preenchimento de quaisquer dos cargos eletivos de pauta, deverá constar dos instrumentos de procuração a devida autorização para tanto, sem o que as candidaturas não serão aceitas. Nos casos de procurações digitais, as mesmas deverão ser encaminhadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas para o e-mail indicado a saber, gerencia5@protel.com.br, acompanhadas do código de verificação ou QR Code respectivo, sem os quais não serão validadas para os fins a que se destinam. Cabe ressaltar que é de responsabilidade do proprietário da unidade autônoma, manter o cadastro atualizado junto à administradora. Desta forma, favor verificar se os dados da sua propriedade encontram-se atualizados e, no caso de haver mais de um proprietário, se ambos constam devidamente cadastrados. Rio de Janeiro, 25 de Março de 2024.

PROTEL ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA LTDA
Alfredo Lopes de Souza Júnior - Diretor

A!BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 07.737.623/0001-90 - NIRE 33.3.0027725-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

Ficam convocados os acionistas da A!Bodytech Participações S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") no dia 15/04/2024, às 17:00, de modo exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a seguinte ordem do dia: (i) tendo em vista da renúncia apresentada pela Sr Yuri Pompeu Manzoni Rettore, eleger o Sr. Matteus Faria Marchioni como membro suplente do Conselho de Administração, indicado pelo acionista BTG Pactual Principal Investments Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia; (ii) sujeito à aprovação do item (i), ratificar a composição do Conselho de Administração; (iii) aprovar o cancelamento de 4.000 (quatro mil) debêntures da 2ª emissão da Companhia (BODY12), que encontram-se em tesouraria; (iv) consolidar o estatuto social da Companhia; e (v) autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das matérias objeto da Ordem do Dia. A AGE ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma " Zoom " e será gravada. Os acionistas que desejarem participar da AGE deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail juridico.empresarial @bodytech.com.br. Rio de Janeiro, 04 de abril 2024. Alexandre Accioly - Presidente do Conselho de Administração

FEDERAÇÃO DAS TRABALHADORAS E DOS TRABALHADORES NO RAMO FINANCEIRO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FEDERARJ
CNPJ: 42.879.455/0001-79

Ata de Assembleia Extraordinária realizada em 26/01/2022 às 10:00h. Reuniram-se a Presidenta, o Vice-Presidente e o Secretário da Federação das Trabalhadoras e dos Trabalhadores no Ramo Financeiro do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ Nº 42.879.455/0001-79, para aprovada a mudança no endereço da Sede Av. Presidente Vargas, nº 502, sala 1703, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.071-000, para a Av. Rio Branco, nº 151 , Grupo 704, CEP: 20.040-006".

APL - ADMINISTRAÇÃO DE PÁTIOS E LEILÕES LTDA.
CNPJ: 29.953.833/0007-44

Aviso de Leilão - Edital nº 008/2024; Leilão: APLBP08-24. Data: 25 de abril de 2024, às 10 horas. Local: CLUBE DE ENGENHARIA, Avenida Rio Branco, 124, 22º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ; Sítio eletrônico **www.aplleiloes.com.br**. **Leiloeiro Oficial:** Gabriel Costa Mendes da Silva, Leiloeiro, matrícula 244 da JUCERJA, **Objeto:** Veículos conservados (automóveis, motocicletas etc.), veículos com impedimentos judiciais, sucatas inservíveis não identificadas e sucatas identificadas. A Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, RJ, torna público que realizará, na data acima, leilão de veículos conservados, retirados e/ou removidos, não reclamados por seus (suas) proprietários (as) no prazo legal, que se encontram no Pátio terceirizado da concessionária APL - Administração de Pátios e Leilões Ltda. A cópia do Edital completo poderá ser obtida junto ao pátio, situado à Rua Vereador Chequer Elias nº 4725 - Vila Helena - Barra do Piraí, em dias úteis, das 9h às 15h ou ainda no sítio eletrônico **www.aplleiloes.com.br**.

SINDICATO DOS VIGILANTES E EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA, DE VIGILÂNCIA, DE TRANSPORTE DE VALORES, DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, DE CURSOS DE FORMAÇÃO E SIMILARES OU CONEXOS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.
CNPJ nº 31.887.029/0001-60.
Edital de Convocação

A Diretoria do Sindicato, neste ato representado pelo seu Presidente, nos termos do art. 25, IV, do Estatuto, convoca toda categoria dos Vigilantes e Empregados em Empresas de Segurança, de Vigilância e Cursos de Formação no Município do Rio de Janeiro para a Assembleia Geral Extraordinária no dia 12 de abril de 2024 (sexta-feira), às 9h em primeira convocação e às 9h30 em segunda e última convocação, na sede do Sindicato - rua André Cavalcante, 126, Bairro de Fátima, Rio de Janeiro/RJ, a fim de discutir e deliberar a seguinte Ordem do Dia: a) Discussão e Deliberação da proposta de ACT - Acordo Coletivo de Trabalho da Empresa BRASIL FORTE - Vigilância e Segurança LTDA, CNPJ.: 05.290.522/0001-99, que propõe a contratação de Vigilantes por Contrato de Trabalho Intermitente em respeito ao parágrafo segundo, da Cláusula décima quinta da CCT RJ000186/2024; b) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 05 de abril de 2024.
Humberto Rocha da Silva – Presidente.

LUZIÂNIA-NIQUELÂNDIA TRANSMISSORA S.A.
CNPJ: 14.863.121/0001-71
EDITAL DE ADIAMENTO E RECONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Informamos aos Acionistas o adiamento da AGOE convocada para o dia 03/04/2024 às 11hs, por motivos operacionais e reconvocamos os mesmos para a reunirem-se em assembleia geral ordinária e extraordinária da Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A., a realizar-se de forma presencial ou virtual, no dia 17 de abril de 2024, às 15:30 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1.** Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, Relatório de Administração e Parecer dos Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 31.12.2023; **2.** Apreciação da destinação do resultado do exercício; **3.** Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; **4.** Fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores da Companhia; **5.** Eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, titular e suplente; **6.** Fixar a remuneração anual dos membros do Conselho Fiscal; **7.** Deliberar sobre o Plano de Negócios – Cenário 07 e a estratégia de utilizar capital próprio ou de terceiros para compor o plano do investimento, referente à implantação do 3º Banco de ATF 500/138kV na SE Luziânia pela LNT; **8.** Deliberação sobre o pagamento do bônus previsto no "Plano de Metas – Luziânia Niquelândia Transmissora / 2023", referência LNT.1115.2023, aprovado pelo Conselho de Administração na reunião realizada no dia 15 de maio de 2023. **9.** Assuntos Gerais.

Jorge Raul Bauer
Presidente do Conselho de Administração

WILSON SONS SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA
CNPJ: 03.562.124/0003-10
AUDITORIA AMBIENTAL

A WILSON SONS SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA. torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, 09/11/2023 Relatório de Auditoria Ambiental de Acompanhamento do ano de 2023 referente a base de apoio para estocagem, carga e descarga de equipamentos e produtos químicos, além de fornecimento de água potável, combustíveis e materiais para embarcações de apoio a plataformas e gerenciamento de resíduos offshore, e informa que este estará à disposição para consulta na Rua Engenheiro Fábio Goulart, 302 e 605 parte – Ilha da Conceição no município de Niterói, no período de 01/12/2023 a 30/12/2023 no horário das 8h às 17h30. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca (Processo PD-07/014.1418/2019)

LITEL PARTICIPAÇÕES S.A. – COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 00.743.065/0001-27 - NIRE: 33300161899
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária-Edital de Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas da Litel Participações S.A. a participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 29 de abril de 2024, às 15 horas, de forma exclusivamente virtual via plataforma *Teams*, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: *I - Em Assembleia Geral Ordinária – ("AGO"):* **1.1)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do parecer dos auditores independente; 1.2) Destinação do Lucro Líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; *II – Em Assembleia Geral Extraordinária – ("AGE"):* **1.3)** Ratificação aa eleição do conselheiro Claudio Antonio Gonçalves; e, **1.4)** Fixação da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2024. Rio de Janeiro, 08 de abril de 2024.
Carlos Eduardo Reich de Sampaio - Diretor de Relações com Investidores

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
AVISO DE LEILÃO

O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO torna público, para conhecimento dos interessados, que, no dia 24 de abril de 2024 às 10h00min, no auditório do DETRO, situado à Rua Uruguaiana, 118 - 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, realizará o leilão **APLDETROPCERJ08-24**, na forma online e presencial, dos veículos apreendidos ou removidos a qualquer título, classificados como conservados e não reclamados por seus proprietários dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recolhimento, conforme Portaria DETRO/PRES nº 1537 de 04 de agosto de 2020, tendo como leiloeira a Sra. ELIZABETH CHRISTINA AMORIM DE ALMEIDA, devidamente matriculado na JUCERJA sob o nº 317. A cópia do edital poderá ser consultada através dos sites **www.detro.rj.gov.br / www.aplleiloes.com.br**.

Poupança teve entrada líquida de R$ 1,3 bilhões em março

Rendimentos creditados nas contas somam R$ 4,9 bilhões; dados são do BC

O saldo da aplicação na caderneta de poupança subiu pela primeira vez no ano, com o registro de mais depósitos do que saques em março. As entradas superaram as saídas em R$ 1,3 bilhão, de acordo com relatório divulgado nesta sexta-feira pelo Banco Central.

No mês passado, foram aplicados R$ 324,7 bilhões, contra saques de R$ 323,4 bilhões. Os rendimentos creditados nas contas de poupança somaram R$ 4,9 bilhões. Com isso, o saldo da poupança é de R$ 975,8 bilhões.

No mês anterior, fevereiro de 2024, houve saída líquida de R$ 3,8 bilhões, assim como em janeiro (R$ 20,1 bilhões). O resultado positivo do mês de março passado também contrasta com o verificado em março de 2023, quando os brasileiros sacaram R$ 6,1 bilhões a mais do que depositaram na poupança.

Endividamento

Diante do alto endividamento da população, em 2023 a caderneta de poupança teve saída líquida de R$ 87,8 bilhões. O resultado foi menor do que o registrado em 2022, quando a fuga líquida foi recorde, de R$ 103,24 bilhões, em um cenário de inflação e endividamento altos.

Os saques na poupança se dão, também, porque a manutenção da Selic – a taxa básica de juros – em alta estimula a aplicação em investimentos com melhor desempenho. De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, num ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis.

Por um ano – de agosto de 2022 a agosto de 2023 – a taxa foi mantida em 13,75% ao ano por sete vezes seguidas para segurar a inflação. De lá para cá, entretanto, o comportamento dos preços fez o BC cortar os juros por seis vezes consecutivas, chegando a 10,75% ao ano.

Retirada

Em 2021, a retirada líquida da poupança chegou a R$ 35,49 bilhões. Já em 2020, a caderneta tinha registrado captação líquida recorde de R$ 166,31 bilhões.

Contribuíram para o resultado a instabilidade no mercado de títulos públicos no início da pandemia e o pagamento do auxílio emergencial, depositado em contas poupança digitais da Caixa Econômica Federal.

Demanda global do setor de e-commerce por transporte de carga

Embraer: conversão de transporte de passageiros para cargueiro

O primeiro E190F, avião convertido de transporte de passageiros para cargueiro (E-Freighter) da Embraer, completou com sucesso seu voo inaugural nesta sexta-feira, em São José dos Campos. A equipe da Embraer voou o jato E-Freighter por aproximadamente duas horas, realizando uma avaliação completa da aeronave, que seguirá em testes antes de entrar em operação. A aeronave pertence à Regional One, companhia de leasing dos Estados Unidos.

"O programa E-Freighter abre uma nova oportunidade de negócios para a Embraer, atendendo à crescente demanda global do setor de e-commerce por transporte de carga", afirma Francisco Gomes Neto, Presidente e CEO da Embraer. "Estamos muito satisfeitos com o avanço rápido do período de testes do E190F e do E195F, que serão ferramentas importantes para nossos clientes atuarem de forma mais ágil e descentralizada".

Os E-Jets convertidos para cargueiros terão mais de 50% de capacidade de volume, três vezes o alcance dos grandes turboélices cargueiros e custos operacionais até 30% menores do que os narrowbodies. Se combinada a capacidade sob o piso e convés principal, a carga útil estrutural máxima é de 13.500 kg para o E190F e de 14.300 kg para o E195F.

Lançado em 2022, o programa de conversões de E-Jets de transporte de passageiros para cargueiros contou com a participação de uma rede global superior a 40 fornecedores e mais de 600 funcionários da empresa, que dedicaram mais de 500 mil horas ao E-Freighter. Imagens:https://embraer.bynder.com/share/E334A9CC-6AEF-4F73-866C12A28CE97054/

Empresa aeroespacial global com sede no Brasil, a Embraer atua nos segmentos de Aviação Comercial, Aviação Executiva, Defesa & Segurança e Aviação Agrícola. A companhia projeta, desenvolve, fabrica e comercializa aeronaves e sistemas, além de fornecer Serviços & Suporte a clientes no pós-venda.

Desde sua fundação, em 1969, a Embraer já entregou mais de 8 mil aeronaves. Em média, a cada 10 segundos uma aeronave fabricada pela Embraer decola de algum lugar do mundo, transportando anualmente mais de 145 milhões de passageiros.

A Embraer é líder na fabricação de jatos comerciais de até 150 assentos e a principal exportadora de bens de alto valor agregado do Brasil. A empresa mantém unidades industriais, escritórios, centros de serviço e de distribuição de peças, entre outras atividades, nas Américas, África, Ásia e Europa

Águas de Araçoiaba S.A.

CNPJ/MF nº 11.347.020/0001-50 - NIRE 35.3.0037410-0

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 01 de Março de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 01 de março de 2024, às 18:00h, na sede social da Águas de Araçoiaba S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Professor Toledo, nº 960, na Cidade de Araçoiaba da Serra, Estado de São Paulo, CEP 18190-000. **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), em razão da presença da acionista da Companhia titular de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, conforme assinaturas abaixo. **3. Mesa:** Presidente: Antonio Diniz; Secretário: Fernando Evanyr Borges da Fonseca. **4. Ordem do Dia e Deliberações Tomadas:** A totalidade do capital social da Companhia deliberou, por unanimidade e sem quaisquer emendas ou ressalvas: **4.1.** Tomar conhecimento da renúncia apresentada, nesta data, pelo **Sr. Ivan Mininel da Silva** (CPF/MF nº 212.618.048-48) ao cargo de Diretor da Companhia (Anexo I), outorgando os acionistas e a Companhia ao diretor renunciante a mais ampla, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação, inclusive em relação às suas contas, para nada reclamar e/ou pretender, a qualquer tempo, em juízo ou fora dele, com relação ao período em que este ocupou o cargo de Diretor da Companhia. **4.2.** Aprovar a alteração da denominação social da Companhia, que passará de **Águas de Araçoiaba S.A.** para **Águas de Araçoiaba da Serra S.A.**, de forma que o Artigo 1º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: ***"Artigo 1º -** A Águas de Araçoiaba da Serra S.A. reger-se-á pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis."* **4.3.** Eleger, como Diretores da Companhia, para mandato de 2 (dois) anos, os Srs. **(i) Antonio Diniz**, brasileiro, empresário, casado sob o regime da comunhão universal de bens, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.082.066-5 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o nº 030.542.508-06, com endereço comercial no município de Cubatão, Estado de São Paulo, na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, s/nº, Km 264+400, bairro Zona Industrial, CEP 11573-000; **(ii) Fernando Evanyr Borges da Fonseca,** brasileiro, natural de São Gonçalo, Estado de Rio de Janeiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 63.098.461 (IFP/RJ), expedida em 23/07/1981, inscrito no CPF sob o nº 749.155.417-20, com endereço comercial no município de Cubatão, Estado de São Paulo, na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, s/nº, Km 264+400, bairro Zona Industrial, CEP 11573-000; e **(iii) Antonio Carlos Costa,** brasileiro, natural de Cubatão, Estado de São Paulo, nascido em 04/02/1951, casado sob o regime da comunhão universal de bens, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.568.658-8 (SSP/SP), expedida em 03/04/2012, inscrito no CPF sob o nº 208.629.468-91, com endereço comercial no município de Cubatão, Estado de São Paulo, na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, s/nº, Km 264+400, bairro Zona Industrial, CEP 11573-000; declarando estes, na forma dos termos de posse que constituem o Anexo II a esta ata, expressamente e para todos os fins e efeitos legais, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer administração de sociedade e nem foram condenados (ou encontram-se sob efeito de condenação) a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou por crime contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **4.4.** Autorizar administração da Companhia a tomar todas e quaisquer providências necessárias para a implementação das deliberações ora aprovadas. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi aprovada pela acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. Araçoiaba da Serra, 01 de março de 2024. Mesa: **Antonio Diniz -** Presidente; **Fernando Evanyr Borges da Fonseca -** Secretário. Acionista: **Terracom Concessões e Participações Ltda. -** Por: Antonio Diniz - Cargo: Diretor Presidente; Por: Fernando Evanyr Borges da Fonseca - Cargo: Diretor. **JUCESP** 124.949/24-1 em 21/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.